

XXIX Encontro Anual da ANPOCS
25 a 29 de outubro de 2005
GT – Sociologia Econômica

O dinheiro é verde? ONGs e empresas na construção do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira.

Marcelo Sampaio Carneiro¹

Introdução.

Como apontado por diversos autores (Smouts, 2001; Buttoud, 2001; Berenger et al., 2001) a idéia de identificar com um rótulo os produtos oriundos de florestas tropicais nasceu da reflexão realizada pelas grandes ONGs ambientalistas transnacionais (Greenpeace, WWF, Amigos da Terra) sobre a eficácia da estratégia, tentada nos anos 80, de boicote a compra desses produtos por consumidores do Norte. Essa reorientação deu-se em meio à constatação de que o boicote levava apenas ao deslocamento do consumo para outros produtos florestais, oriundos de florestas temperadas e não isentos de problemas ambientais.

Diante do insucesso da estratégia do boicote e da avaliação do fracasso das iniciativas internacionais para regular o problema do avanço do desmatamento em escala global – Declaração de Bali (1990), Conferência Interministerial de Strasburgo (1990), Cúpula da Terra (1992) e Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais (1994) – o esforço dessas ONGs voltou-se para a construção de um mecanismo de estímulo ao bom manejo florestal, à tentativa de construir um instrumento de sinalização do desenvolvimento de uma boa gestão florestal. (BERENGER et al., 2001, p. 646).

Dessa forma, diversas iniciativas para o estabelecimento de selos florestais virão à tona no início dos anos 90, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra. Percebendo o perigo da dispersão de esforços e a fragilidade que seria ocasionada com a multiplicação de selos essas grandes ONGs capitanearam um processo de aglutinação de iniciativas para a construção de um único certificado, que veio a ocorrer com a fundação do *Forest Stewardship Council*².

O selo (ou certificado, etiqueta) do FSC é uma norma de qualidade que atesta que a exploração feita em uma determinada unidade de manejo florestal³, por uma empresa, um pequeno produtor ou um grupo de produtores (organizados

¹ Professor do Depto. de Sociologia e Antropologia da UFMA, Doutor em Sociologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ.

² Sobre a constituição do FSC ver FAILLACE (1996).

³ Existem dois tipos de certificação, a da unidade de manejo florestal e a da cadeia de custódia, esta última sendo realizada naquelas indústrias que não possuem áreas próprias de manejo certificadas e que compram (ou que irão comprar) a madeira que beneficiam de fontes certificadas. A certificação da cadeia de custódia atesta a credibilidade dessa utilização, avaliando a credibilidade da cadeia de suprimento da floresta até a indústria. É esse sistema de verificação que permite a rastreabilidade do produto certificado.

comunitariamente ou não), é realizada segundo critérios ambientais, sociais e econômicos que se aproximam das condições de sustentabilidade.

Em tese a obtenção dessa etiqueta permite ao produtor o usufruto de um prêmio adicional sobre o valor do produto florestal colocado no mercado, além de lhe garantir a ocupação de determinados nichos de mercado, especialmente aqueles considerados como ecologicamente mais sensíveis, a exemplo dos mercados europeu e norte-americano.

O processo de certificação de operações florestais pelo sistema do FSC no Brasil começou nos anos 90, concentrando-se inicialmente nas regiões sul e sudeste do País, em plantações de *pinus* e eucalipto de grandes empresas do setor de papel e celulose. Para as florestas naturais na Amazônia a primeira certificação empresarial ocorreu em 1997, na unidade de manejo florestal (UMF) da empresa Precious Wood Amazônia, ganhando mais força na década seguinte (Tabela 1).

Tabela 1 - Localização, área certificada e ano de certificação de UMF na Amazônia⁴.

Empresa/Comunidade	Localização	Área (em ha)	Ano de Certificação
Precious Wood Amazônia (PWA)	Itacoatiara (AM)	122.729,00	1997/2002
GETHAL Amazonas	Manicoré (AM)	40.862,00	2000
Juruá Florestal Ltda. (Faz. Santa Marta)	Mojú (PA)	12.000,00	2001
CIKEL Brasil Verde S.A. (Faz. Rio Capim)	Paragominas (PA)	140.658,00	2001
Juruá Florestal Ltda. (Faz. Arataú)	Novo Repartimento (PA)	25.000,00	2002
Precious Wood Belém Ltda.	Portel (PA)	76.390,00	2003
Guavirá Agroflorestal e Ind. Ltda.	Nova Maringá (MT)	61.647,44	2003
Exportadora de Madeira do Pará - Emapa	Afuá e Chaves (PA)	12.000,00	2003
Agroflorestal Vale do Guaporé Ltda. - Madevale	Alta Floresta D'Oeste (RO)	4.924,00	2003
Rohden Indústria Lígnea Ltda.	Juruena (MT)	25.100,00	2003
CIKEL Brasil Verde S.A. (Faz. Jutaituba)	Portel (PA)	108.241,00	2004
Ecolog Indústria e Comércio Ltda.	Porto Velho (RO)	22.132,00	2004
Izabel Madeiras do Brasil	Breu Branco e Moju (PA)	20.000,00	2004
Orsa Florestal Ltda.	Almeirim (PA) e Laranjal do Jarí (AP)	545.335,00	2004

Fonte: FSC Brasil. Dados para dezembro de 2004.

Como procuraremos demonstrar, a implantação da certificação florestal não é uma operação simples, ela implica num conjunto variado de investimentos, cujo objetivo último é o combate ao padrão tradicional de exploração da madeira e o apoio ao estabelecimento de uma nova modalidade de exploração florestal. No caso da exploração florestal na Amazônia esse novo padrão está consubstanciado na adoção da tecnologia de Exploração de Impacto Reduzido (EIR)⁵ e no cumprimento da legislação

⁴ Não consideramos a certificação das empresas Muaná Alimentos e Maracá Florestal e Industrial Ltda., que foram canceladas. Não consideramos também as áreas certificadas em regime de manejo florestal comunitário (Carneiro, 2004).

⁵ A exploração de impacto reduzido é um padrão tecnológico, isto é, um conjunto de técnicas de exploração florestal desenvolvida em contraposição as técnicas tradicionais, que objetiva conferir maior racionalização, maior eficácia econômica e menor dano ambiental, a exploração dos recursos florestais madeireiros em florestas tropicais. Apesar de incidir na elevação inicial dos custos da exploração, a EIR apresenta melhor desempenho econômico ao longo do tempo, dada sua melhor organização e os ganhos de produtividade daí decorrentes.

fundiária e trabalhista vigente, itens que formam, na prática, os principais requisitos para uma empresa obter a certificação do FSC.

Como nossa análise irá destacar, o processo de promoção da certificação na Amazônia implica na prática num processo de construção do mercado de madeiras certificadas, isto é, no estabelecimento de um conjunto de dispositivos de suporte a produção e comercialização da madeira certificada.

Dois são os atores principais para a emergência desse mercado⁶ de madeiras certificadas: um grupo de ONGs ambientalistas (Greenpeace, Amigos da Terra, WWF, Imazon e Imaflora) e um conjunto seleto de empresas florestais. Enquanto as primeiras são fundamentais para o trabalho de desconstrução do mercado tradicional de madeiras e para fomentar dispositivos de suporte aos empreendimentos certificados, é no campo das segundas, as empresas do setor madeireiro, que é disputado o embate central para a construção do mercado de madeiras certificadas, uma vez que a aposta da certificação só terá resultado se as principais empresas aderirem a exploração florestal certificada.

Portanto, ao contrário da explicação econômica *standard* que supõe o mercado (ou um sistema de mercados) como um fenômeno dado, representação formal (matemática) do ajustamento da oferta e da demanda de produtos através do mecanismo de preços (POSTEL, 2003, p. 25), procuramos ressaltar em nossa análise os movimentos que se encontram na gênese do mercado de madeiras certificadas, bem como os obstáculos que se interpõem a sua constituição. Isto é, tentamos colocar em relevo os aspectos que a nova sociologia econômica⁷ remarca, face às insuficiências da teorização econômica convencional. Como sublinha Boyer (2003, p. 68, grifo nosso):

[...] a maior parte dos economistas consideram que o mercado é a **solução** aos problemas de coordenação entre agentes interdependentes quando para as ciências sociais a constituição do mercado é o **problema** que se impõe à análise. Função e funcionamento do mercado em um caso, emergência e construção do outro: as pesquisas econômicas postulam um mecanismo central, do qual elas não fornecem a teoria, ainda menos a origem, ao passo que os trabalhos de sociologia econômica realizam uma análise da gênese dos mercados.

A hipótese que orientou nossa investigação sugere que o êxito da certificação florestal na Amazônia está diretamente relacionado com a capacidade das empresas certificadas modificarem o padrão de funcionamento do setor madeireiro

⁶ Trabalhamos com a definição de mercado avançada por Polany (1975, p. 258). Para esse autor “a melhor maneira de delimitar o mundo das instituições do mercado mostra ser a abordagem em termos de elementos de mercado”, que, implica na consideração de dois planos específicos, o da oferta e o da procura, dessa forma, “se todos os dois são presentes nós falaremos de mercado, se somente um ou outro está presente, de uma instituição de tipo mercantil.”

⁷ Estamos designando por nova sociologia econômica (NSE) os estudos que procuram explicar o funcionamento da economia (ou dos fenômenos econômicos) sob uma perspectiva sociológica (SWEDBERG, 1994, p. 126; STEINER, 1999, p. 05). Nos termos de Lévesque et al (2001, p. 17-18): essa NSE trabalha “o objeto mesmo da ciência econômica, propondo não somente sua crítica (desconstrução), como também, uma reconstrução do que constitui a economia.”

regional, segundo os mecanismos de transformação dos campos econômicos sugeridos por Bourdieu (1997, 2000) e Fligstein (1999, 2001a). A não concretização desse objetivo pode implicar, como sugerem análises sobre o funcionamento de um *marché à prescripteur*⁸ (HATCHUEL, 1995), tão somente na formação de um monopólio ou um oligopólio, como um segmento dentro do mercado de madeiras tropicais.

Nas duas seções que seguiremos descreveremos: (i) a atuação das ONGs ambientalistas no processo de construção de dispositivos favoráveis ao desenvolvimento da certificação e (ii) a trajetória de quatro empresas (Precious Wood, Gethal, Cikel e Juruá Madeiras) que foram as primeiras a obterem a certificação do FSC na Amazônia. Na terceira e última parte do artigo procuraremos destacar as questões que envolvem a construção social do mercado de madeira certificada, chamando atenção principalmente para os laços que vinculam a atuação de ONGs ambientalistas e as empresas por nós denominadas de pioneiras e destacando algumas tendências observadas no desenvolvimento desse mercado, procurando identificar suas repercussões para o desenvolvimento posterior da indústria de madeiras tropicais na Amazônia.

2. O mercado de madeiras certificadas em construção: a atuação das ONGs ambientalistas.

Nesta seção começamos a desenhar o processo de construção do mercado de madeiras certificadas, encaminhando nossa investigação sobre algumas ações desenvolvidas por um grupo específico de ONGs (Amigos da Terra, Greenpeace, Imazon, Imaflora, Fundação Floresta Tropical), identificadas como atores centrais na promoção do mercado para madeiras certificadas oriundas de florestas nativas da Amazônia brasileira.

O esforço dessas ONGs⁹ será orientado para a construção de uma representação na sociedade regional favorável à idéia (e aos mecanismos) da certificação, defendida enquanto instrumento capaz de intervir positivamente na mudança do padrão tradicional, e para a criação de diversos dispositivos (fontes de financiamento, legislação favorável, mecanismos de transferência de tecnologia, etc.) necessários ao desenvolvimento dessa produção certificada, através de estímulos a

⁸ O *marché au prescripteur* surge naquelas situações em que a dúvida, a desconfiança e a incerteza tornam a relação de troca impossível. “É nesse espaço, entre a troca evidente e a troca impossível que se constitui o lugar do *prescripteur*” (HATCHUEL, 1995, p. 207).

⁹ Quando estivermos falando neste capítulo de ONGs estaremos nos referindo a: grandes ONGs ambientalistas internacionais com atuação na Amazônia (Amigos da Terra e Greenpeace); a ONGs de pesquisa [cf. classificação proposta por Buclet (2002, p. 268)] localizadas na Amazônia (Imazon e FFT) e ao Imaflora, uma ONG que atua como certificadora da rede Smartwood no Brasil.

adoção da certificação por empresas e empreendimentos comunitários, localizados nos diversos estados da região.

Os dois processos que descreveremos em seguida, a construção do grupo de compradores de madeira certificada e o processo de difusão da tecnologia de exploração (florestal) de impacto reduzido (EIR), não esgotam o leque de iniciativas que estão na base da difusão da certificação na Amazônia (CARNEIRO, 2004), mas, oferecem-nos uma amostra dos investimentos realizados¹⁰ no processo de construção do mercado de madeiras certificadas.

2.1 Construindo a demanda para a madeira certificada: o desenvolvimento do grupo de compradores de produtos com o selo do FSC no Brasil.

O grupo de compradores de madeira certificada¹¹, seção brasileira da rede global de comércio e floresta, foi fundado em abril de 2000, contando originalmente com 38 membros¹². Sua constituição foi resultado da atuação de três ONGs, Imaflora, Imazon e Amigos da Terra – Programa Amazônia, através da parceria denominada “Aliança para o consumo sustentável”, cabendo a esta última um papel mais direto na condução do grupo.

A necessidade do desenvolvimento de iniciativas para tentar organizar uma atuação no mercado interno de madeiras no Brasil é uma preocupação que antecede a criação do grupo de compradores. Destarte, já em 1997, no trabalho “Garimpagem Florestal: relatório atualizado sobre a extração ilegal de madeira na Amazônia brasileira”, a ONG Amigos da Terra esboçava um programa de atuação nesse sentido.

Em 1998 o Imaflora firmou parceria com Amigos da Terra e deu novo formato ao seu Programa de Apoio a Comercialização de Produtos Certificados, passando a trabalhar junto a setores produtivos enquanto à outra ONG coube “as atividades relacionadas com a divulgação junto aos consumidores finais” (IMAFLOA, 2000, p. 56). Além dessa nova divisão de trabalho a entidade decidiu realizar um estudo detalhado do funcionamento do mercado de madeira na região centro-sul do Brasil,

¹⁰ Vale dizer que o diagnóstico sobre o setor florestal regional que justifica a necessidade dessas iniciativas não é novo. Já no início dos anos 70, relatório produzido pelo consultor da FAO O.H. Knowles (1971) para a SUDAM apontava para problemas similares aos que serão indicados, nos anos 90, pelas pesquisas dessas ONGs. Em período mais recente, evento reunindo empresários do setor e órgãos estatais referidos a atividade florestal (SILVA et al, 1996, p. 40) produziu uma série de recomendações, a serem realizadas principalmente pela Embrapa e pela UFRA, que se assemelham ao conjunto de realizações desenvolvidas (ou em desenvolvimento) pelas ONGs ambientalistas. Trata-se, portanto, de uma atuação feita à custa da omissão (e não do desconhecimento) do Estado em intervir na criação da infra-estrutura institucional necessária para a substituição do padrão tradicional da exploração dos recursos florestais na Amazônia.

¹¹ Posteriormente a entidade teve seu nome alterado para Grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados.

¹² Segundo seu Estatuto o Grupo de Compradores, se propõe a realizar atividades de informação sobre o consumo sustentável de produtos florestais, viabilizar atividades de assistência técnica, promover articulação e mobilização encontros e conferências para a promoção de atividades que sejam socialmente e ambientalmente corretas.

agregando, para tanto, o Imazon, ONG sediada na Amazônia, que dispõe de *savoir-faire* mais adequado à realização do estudo.

Contudo, o passo mais concreto para impulsionar a construção do grupo ocorreu em outubro de 1999, com a realização em Manaus/AM, do “I Workshop Produção Sustentável de Madeira na Amazônia: oportunidades de negócio”. Esse evento, organizado pelo Banco Mundial com o apoio de Imaflora, Imazon, WWF e Amigos da Terra reuniu, pela primeira vez, os principais atores do mercado de madeiras tropicais [indústria madeireira, indústria compradora de madeira, instituições financeiras (públicas e privadas), governos estaduais da região, governo federal e ONGs] para a discussão de “uma agenda para viabilizar o manejo sustentado e a certificação florestal em larga escala na região”(RELATÓRIO DO I WORKSHOP PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MADEIRA NA AMAZÔNIA, 1999, p. 1).

O encontro foi organizado visando a confluência das discussões para dois temas: a) a constituição do grupo de compradores e, b) a atuação conjunta face ao problema do financiamento para a indústria madeireira.

No que concerne ao tema da certificação e consumo duas resoluções foram tomadas, a primeira referente à formação do embrião do grupo de compradores¹³, com a ONG Amigos da Terra assumindo sua coordenação e a segunda concernente ao aumento da oferta de madeira certificada, com as entidades Imazon e Amigos da Terra estabelecendo como meta a certificação de “2,5 milhões de metros de madeira em tora na Amazônia até o ano de 2005” (op. cit., 1999, p. 4).

Como parte da estratégia acertada pelas ONGs da “Aliança para o consumo sustentável”, em 1999 foi publicado o estudo “Acertando o Alvo” (SMERALDI; VERÍSSIMO; 1999), que pode ser considerado como um marco na trajetória que levou a constituição do grupo de compradores de madeira certificada¹⁴. Para tanto, esse trabalho cumpriu duas funções: a) identificou o mercado interno brasileiro (especialmente o de São Paulo) como o principal destino da madeira oriunda da Amazônia e, b) esboçou um plano de atuação para a promoção da certificação junto a determinados segmentos desse mercado.

¹³ Participaram desse embrião o Governo do Acre e as seguintes empresas: André Marx, Básica Design, Etel Carmona, Cikel, Famossul, Indusparquet, Marinepar, Rudinik, Sylvania Certified, Uliana, Tok & Stok e Tramontina.

¹⁴ Como bem definiu o Imazon, “O objetivo deste projeto é realizar um diagnóstico do mercado doméstico de madeira, bem como identificar oportunidades e nichos de mercado para a madeira certificada. Essas informações **servirão de base para as atividades de conscientização** dos consumidores, distribuidores e revendedores de produtos de madeira, [...]”(IMAZON, 2001, p. 21, grifo nosso)

Ao identificar no mercado interno o principal consumidor da madeira amazônica o estudo forneceu a justificativa para a atuação de um grupo de compradores no Brasil, pois, como foi destacado no mesmo trabalho, as “estratégias de mercado visando promover o manejo sustentável das florestas [...] podem influenciar concretamente a realidade da exploração, mas apenas na medida em que conseguirem afetar o mercado interno, em particular o Sul e o Sudeste do País” (SMERALDI; VERÍSSIMO; 1999, p. 7).

Segundo os autores do estudo, o mercado de móveis e decoração (do centro-sul do País) é o segmento mais suscetível à uma estratégia de fomento da certificação, embora ele absorva uma quantidade bem menor de madeira do que o mercado de madeiras para construção civil, segmento que é classificado como bem mais resistente a proposta de aquisição de madeira com origem certificada. (op.cit., p. 34).

Quanto ao papel do mercado externo, duas conclusões são avançadas pela análise: ele estimularia a produção de madeira certificada para o mercado interno, ao direcionar sua produção de segunda/terceira categoria para este e, ele desempenharia também um papel de indutor, servindo de estímulo para novos investimentos e para a exploração de novas áreas ou novas espécies. (op. cit., p. 35).

Em 2001 o mesmo conjunto de entidades que realizou a pesquisa e publicou “Acertando o Alvo” realizou um novo estudo, denominado “Acertando o Alvo 2”, no qual avaliam o potencial para a compra de madeira certificada no mercado de São Paulo¹⁵ (SOBRAL et al, 2002). Através desse novo trabalho as ONGs procuram reforçar a tese da possibilidade da promoção da certificação no mercado interno brasileiro. Ponto sobre o qual a introdução ao trabalho é incisiva: “Existe o mito de que o mercado brasileiro de madeiras amazônicas não tem interesse em adquirir produtos florestais certificados. Este levantamento inédito realizado em 2001 no Estado de São Paulo, [...], revela uma situação surpreendente: há uma demanda para madeira certificada de aproximadamente 20% (...) do volume total consumido no Estado”. (op. cit., p. 7).

Contudo, apesar dos prognósticos apontados nos dois trabalhos, o principal estímulo para a certificação de empresas produtoras de madeira na Amazônia virá do

¹⁵ Foram entrevistados proprietários ou responsáveis por estabelecimentos que utilizam madeira oriunda da Amazônia. Estão representados na pesquisa 861 depósitos (entrepostos de comercialização); 119 indústrias de madeira (indústria de móveis, indústria de pisos e esquadrias de madeira e indústria de casas pré-fabricadas); e 23 estabelecimentos da indústria da construção civil vertical (SOBRAL et al, 2002, p. 23).

mercado externo. Outro aspecto que concorre para limitar a absorção de madeira certificada pelo mercado interno é a concorrência exercida pelos compradores externos. Na terceira assembléia geral do grupo essa dimensão concorrencial do mercado externo foi ressaltada: “Algumas empresas continuam sem acesso a madeira certificada da Amazônia, porém, agora o maior obstáculo passa a ser o alto valor de venda, pois normalmente os preços são firmados em dólar, baseados na demanda externa, o que acaba por inviabilizar a realização de mais negócios”. (RELATÓRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL DO GRUPO DE COMPRADORES DE PRODUTOS FLORESTAIS CERTIFICADOS, 2002, p. 2).

Uma situação, experimentada por uma empresa participante do grupo de compradores, ilustra bem a dificuldade em adquirir madeira certificada produzida no País. O exemplo refere-se ao caso da Indústria Madeireira Shalom – empresa localizada em São Luis/MA e que fornece portas para o grupo americano Home Depot – que teve de recorrer a fornecedores bolivianos de madeira certificada para poder honrar seus compromissos com seu principal cliente. Segundo relato do proprietário da Shalom o alto preço praticado pelos produtores brasileiros inviabiliza a compra no mercado interno: “Em setembro do ano passado, uma empresa me ofereceu madeira nativa certificada por 160 reais o metro cúbico [...]. Em janeiro, quatro meses depois, ele subiu o pedido para 350 dólares” (*apud* ARNT, 2001, p. 6).

Desde a sua fundação o grupo de compradores vem conseguindo ampliar o seu quadro de associados, de acordo com os últimos dados disponíveis, setenta entidades participam atualmente do grupo. O segmento com maior presença no grupo é o de “móveis, marcenaria e design”, com quase a metade do total de associados (31 em 70), vindo em seguida o da indústria madeireira (11 sócios) e do segmento que produz “pisos, portas e guarnições” (7 sócios). Participam ainda do grupo empresas de outros segmentos do mercado madeireiro (construção civil, por exemplo), órgãos públicos (caso, p. ex. dos governos do estado do Acre e do Amapá) e entidades de representação do setor florestal¹⁶.

Em abril de 2004, o grupo de compradores, junto com Imaflora e Imazon, organizou a I Feira de Produtos Florestais Certificados, realizada em São Paulo. Evento de fundamental importância para o estabelecimento de relações entre as empresas que

¹⁶ Para participar do grupo a empresa (e/ou entidade) deve assumir o compromisso de: i) estimular seus fornecedores a aderirem a certificação e, ii) estabelecer meta de consumo progressivo de madeira certificada, de acordo com a disponibilidade do produto no mercado. Ora, dada a baixa disponibilidade de madeira certificada oriunda da Amazônia para o mercado interno, dificilmente as empresas do grupo associadas ao grupo poderão honrar o compromisso de substituição progressiva do seu consumo de madeira.

operam nos dois lados do mercado de produtos certificados (oferta e demanda), como para a visibilidade do selo do FSC.

2.2 A formação da base técnica para a expansão da certificação: o trabalho do Imazon e da Fundação Floresta Tropical

Como já ressaltado, a certificação do FSC trabalha com a noção “bom manejo florestal”, que é o termo utilizado para designar operações que trabalham segundo padrões aceitáveis de manejo florestal. Segundo Viana (2002, p. 19-20) esse termo “nasceu da necessidade de definir critérios e indicadores objetivos que fossem passíveis de verificação no campo”, de forma a garantir que uma unidade de manejo florestal com *performance* (ambiental, social e econômica) superior as demais do seu entorno regional pudesse ser avaliada e aprovada. Na prática, contudo, essa noção tem correspondido à utilização de técnicas de exploração florestal de impacto reduzido (ou exploração de baixo impacto), na forma que esse ‘modelo’ de gestão florestal assume, em cada região específica onde tem sido adotado (CARNEIRO, 2004, p. 169).

Como diversos analistas registraram (HINRICHS; RUSLIM, 2001; DYKSTRA, 2001; BLATE et al, 2001) um dos principais entraves ao desenvolvimento da exploração de baixo impacto tem sido a ausência da geração de conhecimento local sobre a aplicação da EIR e de pessoal qualificado para executá-la. No caso da Amazônia brasileira essas deficiências começaram a ser supridas a partir do início dos anos 90, com as pesquisas levadas a cabo pelo Imazon e pela constituição de centros de treinamento e de transferência de tecnologia da Fundação Floresta Tropical¹⁷.

Como ressaltou Souza (1999, p. 71/72) o elemento inovador do trabalho dessas instituições – que utilizarão as pesquisas já realizadas (pela Embrapa, Inpa e Sudam) ou em curso na região – está na dimensão integrada que elas conferem ao tema do manejo florestal, isto é, agregando preocupações de natureza econômica e política ao componente ecológico, e no aspecto aplicado de seus trabalhos, que serão realizados sempre tendo como norte as condições de sua viabilização por parte das empresas locais.

Esse caráter aplicado do conhecimento produzido pode ser considerado como uma das marcas da atuação do Imazon, ONG de pesquisa fundada em 1990 (BUCLET, 2002, p. 07). As pesquisas iniciais do Imazon foram focalizadas no estudo dos usos dos

¹⁷A Fundação Floresta Tropical, ONG com sede em Belém, fundada em 1994, surgiu como decorrência das pesquisas sobre exploração de impacto reduzido realizadas na Amazônia Oriental pela entidade norte-americana *Tropical Forest Foundation* em parceria com o Imazon.

recursos naturais em regiões de forte atividade madeireira com um olhar especialmente voltado para a análise das técnicas de extração de madeira e das práticas silviculturais pós-exploratórias.

Um dos primeiros trabalhos da entidade sobre a extração madeireira, publicado em 1992, procurou demonstrar as vantagens da introdução de algumas medidas do repertório de técnicas preconizado pelo método da EIR quando comparadas com a exploração convencional. A conclusão do estudo apontou que a introdução de “técnicas simples de manejo poderia levar a um aumento substancial na acumulação do volume de madeira comercial” e que os lucros das empresas madeireiras da região eram suficientes para arcar com os custos da realização do manejo florestal (VERÍSSIMO et al, 1996, p. 31-33).

Embora essa atuação do Imazon na difusão das técnicas da EIR tenha sido importante ela apresentava limitações evidentes, visto que, a adoção pelas empresas das indicações geradas pelas pesquisas demandaria um esforço mais consistente do que a publicação de um manual de práticas florestais, exigindo, como veremos a seguir, um programa de formação de profissionais do setor, tarefa que foi assumida e executada pela FFT.

A Fundação Floresta Tropical começou a operar na Amazônia em 1994, trabalhando a partir de uma base de pesquisa e treinamento estabelecida em Paragominas, numa área de um mil hectares cedida pela empresa Cikel Brasil Verde S/A, a partir da qual a entidade realiza a promoção e a disseminação do manejo sustentável das florestas tropicais, com uma ênfase especial na implantação de modelos de manejo florestal e exploração de impacto reduzido junto a produtores, instituições governamentais e não governamentais do setor florestal. (FFT, 2000),

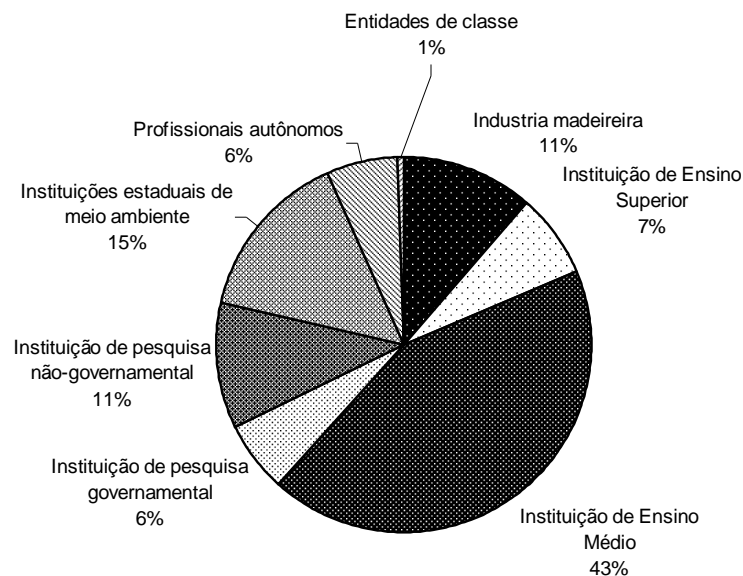
O marco inicial para o desenvolvimento do programa de formação foi a realização, em 1995, do “I Curso Intensivo de Exploração de Baixo Impacto em Florestas Naturais da Amazônia”, organizado em parceria com o Imazon e o Imaflora¹⁸. A partir de então os cursos vêm sendo conduzidos somente pela Fundação, que ampliou seu raio de atuação, estabelecendo outros locais de treinamento, no estados do Mato Grosso e do Pará (op. cit., p.2).

¹⁸ Conforme indicação constante no relatório de atividades do Imaflora: “Em 1995 foram realizados vários contatos entre a FFT, o Imazon e o Imaflora, onde se discutiu temas relacionados às dificuldades em viabilizar o manejo florestal sustentável na Amazônia, (...). Uma das principais razões identificadas foi a falta de técnicos capacitados, especialmente engenheiros florestais, para trabalhar com estes novos conceitos e paradigmas do manejo florestal na Amazônia. A partir desse diagnóstico foi então desenvolvida a proposta de se realizar o primeiro curso de capacitação em manejo florestal de baixo impacto”(IMAFLORA, 1997, p. 32).

A estratégia de difusão da tecnologia de EIR da FFT inclui um variado leque de instrumentos: os cursos já citados e que são realizados nas áreas da Fundação; treinamentos *in situ* , com a demonstração da tecnologia da EIR diretamente nas áreas das empresas; estágios para estudantes de nível médio e superior; dias de campo , instrumento tradicional da prática extensionista para processos de transferência de tecnologia, além de incluir a elaboração e divulgação de publicações e vídeos sobre o tema¹⁹.

Uma forma de verificar a eficácia da atuação da FFT, e de medir a penetração da difusão das técnicas de EIR, é examinar o público que participa dos seus treinamentos. No caso dos cursos realizados nessa primeira fase, que corresponde ao período de 1996 e 1999, o grupo que apresentou maior número de participantes foi o de alunos de instituições de ensino florestal, vindo em seguida técnicos de instituições estaduais de meio ambiente, técnicos de instituições de pesquisa não-governamentais e representantes da indústria madeireira (**Gráfico 1**).

Gráfico 1: Perfil dos Participantes nos Cursos da FFT (1996 a 1999).



¹⁹ Vale dizer também que boa parte dessas atividades de extensão foram e estão sendo realizadas com o apoio de recursos oriundos da cooperação internacional, assim sendo, para o período que dispomos de dados sobre a atuação da Fundação (1996 a 2000), dois financiamentos garantiram a realização dos treinamentos e a presença do público participante: de 1996 a 1999, o Projeto PD 45/97 VER.I(F) da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO) e, a partir do ano de 2000, o Projeto "Modelo de Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido e Treinamento na Região de Paragominas", financiado pelo ProManejo, pela agência americana de cooperação (USAID) e pela Caterpillar do Brasil Ltda.

Como essa demanda é induzida, isto é, direcionada para o público-alvo dos projetos que financiam a atividade de formação, o número privilegiado de técnicos participantes dos cursos, estudantes de nível médio e profissionais de instituições estaduais de meio ambiente, está relacionado com os objetivos dos projetos (a promoção da EIR), que focam privilegiadamente esse público de gestores da atividade florestal na Amazônia e de (futuros) profissionais de campo, como foi ressaltado num texto de avaliação do Projeto da ITTO²⁰.

A presença relevante de representantes da indústria madeireira entre os atingidos pelos cursos é um dado quase óbvio, haja vista a importância do segmento para a adoção da EIR²¹, embora deva ser ressaltado, como veremos mais abaixo, que este público também é atingido por outros dos instrumentos de difusão da Fundação, casos do treinamento *in situ* e dos dias de campo.

O leque de cursos oferecidos pela Fundação se amplia na segunda fase, a partir de 2000, que é apoiada por um projeto financiado pelo PróManejo, pela USAID e pela Fundação Caterpillar. As informações para o primeiro ano do projeto indicam que o perfil dos participantes nos cursos varia de acordo com a natureza dos mesmos, assim, nos cursos técnicos o público mais importante é o dos trabalhadores da indústria, no curso de “Educação em Manejo Florestal” a dominância será de representantes do governo, enquanto no curso de “Gerenciamento de Manejo Florestal-EIR” os representantes de ONGs serão a maioria, provavelmente sob o influxo do apoio do PróManejo ao desenvolvimento de projetos de manejo florestal comunitário.

Embora todas essas atividades desenvolvidas pela FFT estejam intimamente relacionadas com o fomento da certificação, uma merece destaque especial, o treinamento *in situ* - realizado diretamente nas áreas das empresas interessadas - uma vez que três das quatro empresas que tiveram esse tipo de treinamento obtiveram a certificação do FSC: a Gethal, a Cikel e a Juruá (FFT, 2001, p. 7).

Outro resultado que pode ser imputado à atuação da FFT²² e que deve ter repercussões sobre a mudança no perfil da exploração florestal na Amazônia é a criação

²⁰ “O projeto focalizou os engenheiros florestais, o pessoal de direção que supervisiona as atividades de corte, os dirigentes de exploração e os instrutores florestais, na esperança que após passarem por essa atividade de formação eles sejam convertidos a EIR e se encarreguem de realizar a formação de seus técnicos em suas próprias regiões de atuação” (DYKSTRA; ELIAS, 2003, p. 3).

²¹ A importância desse subsídio foi citada como um dos principais fatores no processo de difusão da EIR na Amazônia brasileira: “No Brasil o mais importante motor da EIR consiste na sua maior eficácia operacional e nas economias de custo que daí resultam. Convém ressaltar, todavia, que a maior parte das empresas que colocaram em operação a EIR só foram convencidas de suas vantagens após terem recebido uma assistência técnica e, em certos casos, subvenções para a formação de seus trabalhadores” (BLATER et al, 2001, p. 9).

²² Dados mais recentes, do final de 2003, confirmam essa interação entre as atividades da FFT e o movimento de certificação florestal na Amazônia: “ (...) a formação oferecida pelo projeto (da ITTO) é de fato considerada como a norma que satisfaz integralmente as condições da EIR relativas a certificação. Ele sublinhou que em julho de 2003, dez empresas florestais da

de novas instituições para realizar o treinamento em manejo florestal e exploração de impacto reduzido, como nos casos da Escola de Floresta em Santa Carmem/MT, o Centro de Referência da Mil Madeireira em Itacoatiara/AM e o Centro de Treinamento Promatec em Sena Madureira/AC, iniciativas apoiadas pelo PróManejo e que são “exemplos do processo de disseminação e capacitação das práticas de impacto reduzido provenientes do projeto²³” da FFT, realizado na área cedida pela Cikel.

3. O mercado de madeiras certificadas em construção: a trajetória das empresas pioneiras.

Na parte subsequente desse capítulo tomaremos as quatro primeiras empresas certificadas – Precious Wood Amazon, Gethal Amazonas, Juruá Florestal e Cikel Brasil Verde - para análise. Essas firmas são compreendidas aqui como empresas pioneiras (desafiadoras), no sentido que através da adoção das práticas exigidas pela certificação (exploração florestal de baixo impacto, legalidade das operações florestais, regularização das condições trabalhistas, etc.) elas estão concorrendo para mudar o padrão de funcionamento da produção de madeiras tropicais na Amazônia, mudando, por conseguinte, o campo econômico em que encontram-se inseridas²⁴.

Como tentaremos demonstrar através da análise dessas firmas, nós estamos diante de empresas com um padrão de atuação diferente vis-à-vis o campo da indústria madeireira na Amazônia. Diferença esta que se explica pela origem e pela dotação específica dos capitais (financeiros, tecnológicos, comercial, simbólico) (BOURDIEU, 2000, p. 236-237) mobilizados por cada uma delas. Nosso interesse nas seções que seguem é, portanto, o de desvelar os motivos e as condições que permitiram a essas empresas optarem pelo caminho da certificação, pelo manejo florestal segundo os moldes da EIR e pela legalidade (respeito a legislação trabalhista e fundiária) de suas operações, características que as opõem a maior parte das firmas madeireiras na Amazônia.

3.1 O primeiro investimento “socialmente responsável” no setor florestal da Amazônia: a trajetória do grupo Precious Wood.

Amazônia brasileira, [...], foram certificadas pelo FSC. Nove dessas empresas, representando 80% da superfície total certificada, tiveram recurso a formação em EIR oferecida pelo projeto” (DYKSTRA; ELIAS, 2003, p. 4).

²³ Cf. Floresta em pé - Informativo Técnico ProManejo, n° 2, Manaus, Novembro 2002, p. 4.

²⁴ A teoria dos campos explica o funcionamento de um dado setor econômico através das relações de concorrência e cooperação entre as empresas situadas no interior deste. As empresas dominantes do campo lutam para manter sua posição enquanto as empresas dominadas participam de forma subsidiária ou tentam subverter o *status quo* do campo. Segundo Bourdieu (2000, p. 248) as empresas que ocupam uma posição secundária no campo “podem atacar as empresas dominantes (e os outros concorrentes), de maneira frontal, esboçando, por exemplo, uma redução de custos e de preços, favorecida por uma inovação tecnológica, ou de maneira lateral, preenchendo as lacunas da ação da empresa dominante ocupando nichos do mercado via especialização de sua produção, ou mesmo utilizando as estratégias da empresa dominante.”

O grupo Precious Wood (PW) é uma empresa de investimentos, organizada sob o formato de *holding*, que foi fundada nas Ilhas Virgens em 1990 (em 2001 teve a sede transferida para a Suíça). De acordo com alguns autores ele teria sido fundado por “um grupo de empresários suíços que, preocupados com a destruição de florestas tropicais, queriam criar modelos de produção florestal sustentável” (CLAY; AMARAL, 2003, p. 164).

O primeiro investimento do grupo foi num projeto de reflorestamento na Costa Rica, em 1990, quatro anos depois o grupo PW comprou 80 mil hectares de terra em Itacoatiara²⁵, principal pólo de produção madeireira do Amazonas, e dava largada a suas operações no Brasil com a constituição da empresa Precious Wood Amazônia (PWA). Pensada sob a forma de um “econegócio²⁶”, a implantação do projeto de Manejo Florestal Sustentável da PWA logo se demarcaria dos cânones tradicionais da exploração florestal na Amazônia, pela adoção do método de exploração de baixo impacto e pela opção da certificação florestal.

Para Carmino e Alfaro (1998) a obtenção do selo do FSC teve um papel importante para a estratégia da empresa, uma vez que ele confirmaria o compromisso desta com o manejo florestal praticado de forma sustentável, sinalizando positivamente para seus acionistas, para a opinião pública da Suíça e para a Agência de Cooperação Suíça, que lhe deu significativa assistência política e financeira²⁷.

Do ponto de vista do desempenho econômico da empresa dois aspectos se sobressaem, o montante do capital investido²⁸ (frente ao padrão da indústria madeireira regional) e o período que a empresa ficou sem resultados operacionais positivos²⁹ (**Tabela 2**). Dados que dariam margem ao surgimento do argumento, esgrimido pelos setores tradicionais da indústria madeireira, de que o empreendimento não possuía fins lucrativos, tratando-se de recursos da previdência social de velinhos suíços... mas, cujo

²⁵ Além da área, a PWA adquiriu também uma serraria e pagou outras benfeitorias para o antigo proprietário, Wilson Marcondes, empresário paulista dono da serraria Mil Madeireira, num investimento de 4 milhões e trezentos mil dólares (CLAY; AMARAL, 2003, p. 167).

²⁶ Além das declarações do grupo Precious Wood em favor do manejo florestal sustentável, de sua adesão de primeira hora a certificação, os relatórios anuais do grupo incluem elementos de mensuração dos benefícios ambientais da atividade do grupo e, na parte de relação com os investidores, passeios ecológicos para os seus acionistas na Costa Rica e no Brasil.

²⁷ Ainda como parte dessa estratégia de legitimação ‘verde’ vale destacar a importância conferida pela empresa pelo acordo feito com o Greenpeace, em 30 de maio de 2000, pelo qual a empresa se comprometeu a realizar tratamentos silviculturais de forma limitada e sem o recurso a agrotóxicos (PRECIOS WOOD, 2001, p. 9), compromisso firmado na visita do diretor internacional da entidade ambientalista, Thilo Bode, as instalações da empresa em Itacoatiara.

²⁸ Até 1996 foram gastos US\$ 16.201.000,00 (CLAY; AMARAL, 2003, p. 167). Webster e Callejon (apud MAY; VEIGA NETO, 2000, p. 17) indicam US\$ 40.000.000,00 como o montante do investimento realizado e sublinham a dificuldade de replicar tal estratégia empresarial.

²⁹ Segundo Webster e Callejon (apud MAY; VEIGA NETO, 2000, p. 17) a empresa passou por dificuldades financeiras nos anos 1995/1996, devido: “a) administração inadequada e falhas no programa de investimento, [...]; b) custos pré-operacionais muito mais altos do que os inicialmente previstos; c) custos operacionais excessivos [...]; d) vendas fracas [...], aliadas à valorização do câmbio e à conseqüente elevação dos custos internos.”

alvo efetivo era a viabilidade ou não da realização de uma exploração florestal assentada na legalidade (fundiária, ambiental e trabalhista) e nos padrões da exploração de impacto reduzido.

Tabela 2 - Valor da produção e dos custos operacionais da empresa PWA (em US\$mil).

	1997	1998	1999	2000
Valor da Produção	1.485	3.038	3.385	4.964
Custos Operacionais	5.419	4.835	3.279	3.963

Fonte: Precious Wood (2001, p. 9)

Como o volume de madeira extraída na área inicialmente adquirida se revelará insuficiente para fazer frente às metas de produção estabelecidas no plano de manejo (30 mil metros cúbicos/ano), o grupo realizará mais dois investimentos em recursos fundiários, realizando a aquisição de 42 mil hectares em 2001 (PRECIOUS WOOD, 2003, p. 9) e 75 mil hectares em 2003³⁰.

Contudo, a expansão do grupo não ficará restrita ao estado do Amazonas. Ainda em 2002 o grupo Precious Wood se juntará ao importador holandês A. van den Berg (maior comprador da produção da empresa na Europa) para a aquisição de uma serraria em Belém/Pa (da firma Lisboa Madeiras Ltda.) e 45,738 mil hectares de terra no município de Portel, para dar início a outro projeto de manejo florestal. (SMARTWOOD/IMAFLOA, 2002b, p. 4). Consoante a filosofia do grupo, a Lisboa Madeiras Ltda. entrará rapidamente no processo de certificação, cumprindo os requerimentos exigidos e recebendo o selo do FSC em março de 2002.

O aspecto pioneiro da atuação da Precious Wood na exploração florestal na Amazônia, ao mesmo tempo em que impôs a mobilização de uma grande quantidade de recursos, e que demandou um tempo de espera para os primeiros resultados positivos, também trouxe benefícios, com a ocupação pelo grupo de um espaço privilegiado no mercado europeu de madeiras tropicais. Nas palavras do seu diretor florestal³¹: O fato de ser certificado FSC nos conferiu uma situação de monopólio sobre um grande número de mercados, sobretudo na Suíça, na Alemanha e nos países do Benelux. Os preços praticados são também um pouco mais elevados que os da madeira não-certificada (WWF-Suíça, 2002, p.3).

³⁰ No plano industrial o grupo também se expandirá, com a aquisição, em 2002, da fábrica de compensados e laminados Carolina Indústria Ltda., também instalada em Itacoatiara e pertencente ao grupo malaio Rimbunan Hijau. A incorporação da Carolina junto com a implantação de uma usina termelétrica para aproveitamento dos resíduos da produção madeireira, BK-Energia, transformará o grupo Precious Wood no maior empregador do setor madeireiro no estado do Amazonas, na contramão do desempenho do setor, que desde o início dos anos 90 vem obtendo queda no seu faturamento. (FIEAM, 2003, p. 15).

³¹ Os mercados citados na entrevista do diretor da empresa correspondem a 60% do destino das vendas (em valor) da Precious Wood Amazon em 2001, 44% para os países do Benelux e 16% para a Alemanha/Suíça (PRECIOUS WOOD, 2002, p. 6).

Outros números ajudam a compreender o desempenho recente do grupo, cujo volume de negócios em 2001 aumentou 65% em relação ao ano anterior, passando de 5,05 para 9,21 milhões de dólares (WWF-Bélgica, 2002, p. 4). O ano de 2001 marca também a entrada do grupo na bolsa de valores da Suíça, com a colocação de cem mil novas ações para venda, ao preço de 60 francos suíços, operação que possibilitará a captação de cerca de 8,6 milhões de dólares. A continuar nesse ritmo, Precious Wood manterá seu desenvolvimento e mais áreas serão incorporadas, dando razão, pelo menos em parte, ao enunciado mercantil adornado de roupagem ecológica constante no relatório anual de 2001 do grupo: “[...] se o manejo florestal de Precious Wood continuar crescendo, **mais florestas poderão ser compradas e salvas do ultimato da destruição.** Quanto antes melhor. Contudo, duas condições devem ser reunidas: Precious Wood deve apresentar um maior sucesso econômico no futuro e Precious Wood deve também se preocupar em apresentar seu modelo de negócio para o mercado de capitais de maneira convincente (PRECIOUS WOOD, 2002, p. 11, grifo nosso).

Esse apelo à ampliação do investimento da empresa na Amazônia vem acompanhado de um inteligente trabalho de publicidade da marca da empresa (sorteio de viagem à unidade de manejo florestal em Itacoatiara/AM), ocupação de espaços na mídia, etc. Na capa do seu Relatório Anual de 2001 o grupo Precious Wood exhibe, através de uma imagem de satélite, uma amostra do resultado de sua atuação na Amazônia brasileira: a manutenção da integridade florestal na área adquirida para a implantação do manejo florestal da empresa Precious Wood Pará, o que denota o efeito performático buscado com a utilização da imagem de empresa ambientalmente responsável.

3.2. A certificação como condição para a compra de uma empresa: o caso da empresa Gethal Amazonas S/A.

A trajetória do grupo Gethal na Amazônia começou no início dos anos 70, com o deslocamento de uma unidade de laminação do Rio Grande do Sul, estado de origem do grupo³², para o município de Itacoatiara/AM. Na década seguinte o grupo incorporou a produção de compensados à sua linha de produção e se tornou a maior empresa do setor madeireiro no Amazonas³³.

³² O grupo Gethal surgiu em Caxias do Sul (RS) nos anos 40, dedicado a fabricação de laminados. O deslocamento para a Amazônia está relacionado com a necessidade de suprimento de matéria-prima, dado o esgotamento de suas fontes de suprimento no sul (ZIMMERMANN, 2001, p. 19).

³³ Em 1999 a Gethal possuía 674 empregados fabris, isto é, sem considerar os trabalhadores da exploração florestal e do reflorestamento, o que correspondia a 34,3% da força de trabalho empregada nas principais empresas exportadoras de compensados e laminados do estado do Amazonas (SOARES, 1999, p. 6).

Em 1998 a Gethal Amazonas S/A se dissociou da matriz gaúcha e passou a ter uma nova organização societária, dividida entre a empresa alemã Westlag & Gethalit (25% das ações) e o grupo Nilorey (75%), que tem a frente o empresário Bruno Stern (SMARTWOOD/IMAFLOA, 2000, p. 5). Sob a direção de Stern a empresa passou por mudanças importantes e se preparou para a certificação florestal³⁴ (MAY; VEIGA NETO, 2002, p. 28).

A partir desse momento, a empresa – que vinha enfrentando sérias dificuldades desde o estabelecimento do Plano Real, com os reflexos da apreciação cambial sob os custos internos e as vendas externas da empresa – passou a ser preparada para venda, tendo na certificação um elemento central nessa estratégia. Segundo Zimmermann (2001, p. 20): “[...] pode-se concluir que a mudança na diretoria coincide de certa forma com a procura de estratégia de sobrevivência da empresa [...] A empresa é, por um lado, fortemente pressionada pelo IBAMA por está comprando madeira de fornecedores que a extraem ilegalmente da floresta. E de outro lado pelos compradores na Europa, onde o consumo [...] sofre pressão e até boicote pelos grupos ambientalistas como o Greenpeace. A importadora alemã queria compensado feito com madeira certificada, conta o diretor da empresa”.

Fernando Ludke, diretor florestal da empresa, em entrevista para May e Veiga Neto (2002, p. 29-30), associa a busca da certificação como uma alternativa para a crise da empresa: “Para enfrentar estas adversidades era preciso buscar algum diferencial não somente de produtos, mas também algo que diferenciasse a atividade em si, que pudesse chamar a atenção sobre a empresa. [...]”, a atuação de Stern no comércio exterior possibilitou o contato com as novidades da certificação do produto com manejo correto e, a partir daí, em 1996, foi realizada a primeira reunião com o Programa Imaflora/Smartwood.

Em 1999 Bruno Stern começou as negociações³⁵ para a transferência do controle acionário da empresa ao fundo de investimento norte-americano Brazilian Forestry Fund Investments (BFFI), administrado pelo grupo Grantham, Mayo, Van Otterloo & Co³⁶, que, contudo, exigiu a certificação do manejo florestal como uma pré-condição

³⁴ Segundo depoimento do então diretor florestal da empresa “a atuação de Stern no comércio exterior, possibilitou o contato com as novidades da certificação do produto com manejo correto e, a partir daí, em 1996, foi realizada a primeira reunião com o Programa Imaflora/Smartwood (apud MAY; VEIGA NETO, 2002, p. 30).

³⁵ A empresa teria contratado o Banco Axial, com John Forgach à frente, para identificar um fundo interessado em investir na empresa, que localizou o GMO e intermediou o negócio (Investimentos: O dinheiro é verde. *Carta Capital*, 22/11/2000, p. 65).

³⁶ Segundo dados de Technometrics (apud JEFFERS; PLIHON, 2002, p. 36), Grantham, Mayo, Van Otterloo (GMO) é o décimo maior investido institucional americano com ações fora dos EUA, em 1998, o valor destas se aproximava da casa dos dez bilhões de dólares.

para o fechamento do negócio (ZIMMERMANN, 2001, p. 20). Por conseguinte, a opção da certificação, além de estar no horizonte da empresa por sua forte dependência do mercado externo³⁷, findou por tornar-se um imperativo para a sobrevivência da empresa.

A primeira certificação conseguida pela Gethal Amazonas S/A foi a de cadeia de custódia, atribuída em 1999 pelo Imaflora/Smartwood. Nesse primeiro momento a empresa comprava madeira certificada da Precious Woods Amazon (PWA) para posterior transformação e exportação. A certificação de uma unidade de manejo florestal própria ocorreu no ano seguinte³⁸, com a avaliação e aprovação do selo do FSC para o designado projeto Democracia, um total de 48.862,00 hectares localizados no município de Manicoré/AM (SMARTWOOD/IMAFLOA, 2000, p. 5).

No cenário posterior a certificação a empresa acenou com a continuidade dos investimentos, o que incluía a certificação de mais 20 mil hectares na região de Manicoré (op. cit., p. 5), a ampliação da produção da fábrica, de 26.400 para 33.000 metros cúbicos (em 2001) e a construção de uma termelétrica para aproveitar os resíduos da produção madeireira (ZIMMERMANN, 2001, p. 21). Entretanto, os últimos resultados da empresa apontam para uma realidade menos promissora, pois, segundo a FIEAM (2003, p. 15), o setor madeireiro do Amazonas, teve em 2002 seu pior desempenho desde o início dos anos 90, e a Gethal teria reduzido seu efetivo de trabalhadores em cerca de 70% (SMARTWOOD, 2002b, p. 59).

Não possuímos informações da própria empresa sobre as causas de suas dificuldades³⁹, para a FIEAM (2003, p. 15) estas seriam relativas a elevação dos custos operacionais da empresa no período pós-certificação, a baixa dos preços dos compensados no mercado mundial e ao pequeno número de compradores dispostos a pagar o sobrepreço pelo produto certificado.

³⁷ Diversas fontes indicam uma divisão nas vendas da empresa de 75% para o comércio externo e 25% para o interno (VEIGA NETO; MAY, 2002; FIEAM, 2003). No mercado interno a Gethal fornece um tipo especial de forma para a construção civil e compensados para a indústria de carrocerias de ônibus e caminhões (Randon, Guerra e Marcopolo) (ZIMMERMANN, 2001, p. 21) e no mercado externo a produção de compensados certificados deve se destinar a empresas como Penrod (USA), Wood International (UK), Westag e Gethalit (Alemanha) e o mercado holandês (WWF-Belgica, 2000, p.4).

³⁸ Ao contrário do caso analisado na seção anterior (PWA), a Gethal não certificou a totalidade de suas propriedades – que incluem cerca de 154 mil hectares distribuídas em vários municípios do Amazonas – tampouco significou o fim das compras de madeiras de terceiros, o que significa dizer que, a empresa manterá duas linhas de comercialização, uma para produtos certificados e outra para os não-certificados.

³⁹ O único dado conseguido foi uma nota publicada no Jornal do Comércio do Amazonas, de 03/10/2002 (www.jcam.com.br/busca.php), indicando que a Gethal estaria ampliando o seu portfólio de produtos, investindo na produção de serrados (500 metros cúbicos por mês), para compensar a redução na produção de compensados, de cerca de 50%. Segundo um diretor da Amaplac Indústria de Madeiras, empresa que fechou em 2002, o preço do compensado atingiu uma de suas menores cotações no mercado internacional no ano de 2000, cerca de US\$ 200,00 o metro cúbico, quando em 1997 ele estava a US\$ 330,00 o metro cúbico (Jornal do Comércio, 04/01/2002, www.jcam.com.br/busca.php).

A explicação mais plausível para as dificuldades enfrentadas pela empresa remete para a redução continuada do preço de seu principal produto de exportação, os compensados, que no início de 2002 equivalia a somente 55% do seu valor de 1997 nos mercados internacionais (CHALMIN, 2002, p. 348). Quanto às críticas sobre o pequeno tamanho dos mercados para os produtos com selo do FSC, vale dizer que se é verdade que não se concretizaram as expectativas da obtenção de um sobrepreço muito elevado com a certificação, existe, todavia, uma convergência nos estudos realizados até o momento, de que esta tem sido eficaz para as empresas manterem ou aumentarem suas parcelas de mercado⁴⁰ (WHITEMAN, 2003, p. 6).

O último relatório de monitoramento da certificação da empresa, realizado em dezembro de 2003, registra a difícil situação da empresa:

O ano de 2003 foi decisivo para a continuidade das atividades florestais da Gethal. Após vários anos marcados pelo baixo rendimento financeiro e por dificuldades na gestão administrativa dos recursos investidos, no início de 2003 o grupo norte-americano de investimentos GMO-RR considerou perdido o investimento inicial de USD 20 milhões e cogitou o fechamento da empresa. (SMARTWOOD/ IMAFLORA, 2004, p. 3).

Entretanto, argumenta também que o pior momento já passou, que após a reformulação no corpo diretivo da empresa e algumas medidas administrativas (reestruturação da equipe operacional e da equipe administrativa) a diretoria da Gethal teria conseguido demonstrar ao grupo controlador (FLOREAM⁴¹) a viabilidade do empreendimento (SMARTWOOD/ IMAFLORA, 2004, p.3)

3.3 Uma empresa familiar em transição para o Manejo Florestal Sustentável: a certificação da Cikel Brasil Verde S/A.

A empresa conhecida como Cikel Brasil Verde S/A⁴² iniciou sua trajetória na Amazônia nos anos 70, a partir de uma unidade de processamento de madeira serrada implantada no então distrito de Açailândia, município de Imperatriz/MA. Seguindo o padrão vigente da exploração madeireira na Amazônia Oriental a empresa aproveitará a disponibilidade de recursos florestais⁴³, de forma similar a um processo de acumulação

⁴⁰ O que confere com declarações de diretores da empresa para um boletim do WWF Suíça de que "sem a certificação FSC as chances no mercado seriam quase nulas: os clientes principais da Gethal – essencialmente fornecedores para serviços públicos – não compram senão produtos de madeira certificada FSC" (Certification-Info, nº 2, 2002, p. 4).

⁴¹ Florestas Renováveis da Amazônia (FLOREAM) é a nova denominação do grupo controlador da empresa, cuja maior parte das ações (85%) continuam em nome do *Brazilian Forestry Fund Investments* e o restante (15%) em nome do grupo Nilorey.

⁴² Seu nome inicial, quando começou a atividade de exploração madeireira no estado do Maranhão, era Comercial e Industrial Keila S/A (CIKEL).

⁴³ A exploração florestal no Oeste maranhense teve seu auge nos anos 70/80, com a implantação de cerca de 210 unidades de processamento madeireiro no município de Imperatriz. Nos anos 80 essas unidades começaram a se deslocar para o município de Açailândia – emancipado de Imperatriz em 1982 – e para o distrito de Itinga, junto com a fronteira do Pará (CARNEIRO, 1994, p. 197-198).

primitiva, até se deslocar, no fim dos anos 90, para o estado do Pará, em busca de novas fontes de matéria-prima.

Atualmente a Cikel possui cinco unidades industriais: uma serraria e laminadora na Fazenda Rio Capim (Paragominas/PA), uma outra serraria na Fazenda Sumal (Paragominas/PA), uma fábrica de pisos e decks (Ananindeua/PA), uma serraria na fazenda Pacajá (Portel/PA) e a Agrinco, uma indústria de compensados e laminados (Itinga do Maranhão/MA), conjunto que lhe confere, segundo seu diretor-florestal, o título de maior produtora de madeira serrada da América Latina. (ALMEIDA, 2003).

Para abastecer esse conjunto industrial a empresa possui cerca de 500 mil hectares de florestas, dos quais 206 mil de áreas próprias, localizadas no município de Paragominas/PA e mais 300 mil hectares arrendados de outras empresas (Martins Agropecuária e Agropecuária ABC), situados nos municípios de Portel, Oeiras do Pará e Baião (ALMEIDA, 2002, p. 27). Dessas áreas duas encontram-se certificadas, a Fazenda Rio Capim (140.659,00 ha) e a Fazenda Jutaituba (108.241,00 ha), que devem fornecer a matéria-prima para o processamento de madeira em três unidades com cadeia de custódia certificadas (a Agrinco, a fábrica de pisos e decks em Ananindeua e a serraria e laminadora da fazenda Rio Capim).

Conforme noticiado no *site* da empresa (www.cikel.com.br/florestal/) o envolvimento da Cikel com a certificação está relacionado com a parceria estabelecida com a FFT em 1995. Na oportunidade, a empresa cedeu uma área para a FFT que começou a desenvolver atividades de treinamento e pesquisa sobre a exploração florestal de baixo impacto. Além dessa parceria vale a pena ressaltar o envolvimento da empresa, em 1999, no projeto PD 7/94 da ITTO⁴⁴, para transferência de tecnologia visando o aumento no comércio de madeira tropical oriunda de fontes sustentáveis entre o Brasil e países selecionados da Europa e dos Estados Unidos. (DELESPINASSE, 2002, p. 1).

Além da influência positiva das relações estabelecidas com organizações como a FFT e com projetos como o acima citado, a trajetória da Cikel para a certificação confirma uma das tendências apontadas por Stone (2000, p. 30) para a indústria madeireira em Paragominas, que é o aumento do investimento em terras e

⁴⁴ Projeto PD 7/94 “Informação e Assistência Técnica para a Produção e Comercialização de Madeiras Tropicais”, elaborado pelo SINDIMAD e financiado pela Organização Mundial de Madeiras Tropicais (ITTO).

capital e um maior foco na exportação, o que, segundo nosso ponto de vista, torna essas empresas mais inclinadas ao tema da ecocertificação⁴⁵.

De acordo com o diretor-florestal da Cikel o processo de certificação custou US\$ 600 mil e os gastos com a adequação ao novo padrão de exploração florestal, particularmente os referentes à mão-de-obra⁴⁶, foram bem absorvidos pela empresa. Os custos com a força de trabalho teriam se elevado em 12 %, mas, em contrapartida, a produtividade dos trabalhadores teria crescido 30%, contrabalançando a referida elevação. Ademais, com a introdução da exploração de impacto reduzido – um requerimento da certificação – a empresa obteve ganhos na redução do desperdício da extração da madeira e nos gastos com a manutenção dos equipamentos⁴⁷.

No *front* da comercialização a empresa vem obtendo ganhos significativos, o que deve ser associado: i) ao sobrepreço obtido com a certificação, que, para algumas espécies mais nobres, teria alcançado a casa dos 50%; ii) à captura de mercados internacionais importantes, como o holandês (do qual a empresa responderia por 17% das importações de madeiras tropicais); iii) à verticalização de sua produção, com o investimento de US\$ 3,5 milhões, realizado em 2000, na fábrica de Ananindeua (para a produção de pisos e decks), o que conferiu um novo perfil a exportação da empresa, agregando maior valor aos produtos comercializados⁴⁸.

3.4 A certificação como ponto de ruptura na trajetória de um grupo empresarial: o caso da Juruá Florestal Ltda.

Primeira empresa de capital inteiramente nacional a obter certificação do FSC para uma unidade de manejo florestal, a Juruá Florestal Ltda. possui sua trajetória vinculada aos empreendimentos da família Peracchi na indústria madeireira do Pará. A empresa foi constituída em 1992 com o nome de Juruá Madeiras Ltda., com sede no município de Tucumã/Pa, tendo como fundadores Idemar Peracchi (detentor de 80% das

⁴⁵ Para May (2003, p. 9) o movimento da empresa para a exploração de impacto reduzido representou o principal custo associado à certificação, ainda segundo esse autor nessa “transição, a Cikel se beneficiou de seu relacionamento com a Fundação de Floresta Tropical (FFT), uma organização criada em 1995, com o propósito de demonstrar e treinar sob o sistema RIL. A Cikel ofereceu à FFT um bloco em sua área de manejo florestal em Paragominas, Pará, para treinamento da equipe de campo.”

⁴⁶ Os relatos sobre as condições de trabalho na Cikel são contraditórios, existem avaliações claramente positivas, como a emitida por Zimmerman (2001, p. 19): “O investimento em recursos humanos é alto, somente na fazenda Rio Capim há 182 funcionários, quatro técnicos florestais e três engenheiros florestais. Mesmo na época chuvosa, quando não há extração de madeira, os funcionários continuam sendo remunerados num período de 3 a 4 meses, mas há também as críticas feitas por Fanzeres e Murrieta (2000) e as considerações da auditoria de 1 ano da própria certificadora, que encontrou os trabalhadores do inventário florestal (atividade terceirizada pela empresa) em condições absolutamente precárias, “que não recebiam seus vencimentos há mais de um mês, estando sem dinheiro sequer para a alimentação ou para deixarem o local!” (SCS, 2001, p. 40).

⁴⁷ Valor Econômico, 26.12.2001, nº 414, Empresas e Tecnologia, www.valoronline.com.br

⁴⁸ “A unidade que produzia apenas lâminas de madeira, passou a fabricar pisos, chegando ao volume de 25 mil m³ mensais. A produção é toda exportada para os EUA, Canadá e Europa, segundo a gerente Aparecida Denadai” (Relatório Gazeta Mercantil. Pará S/A, 2003, p. 1).

quotas-partes), também sócio majoritário da Exportado Peracchi Ltda., e Ana Valéria J. Peracchi⁴⁹, esposa de Idacir Peracchi.

Em 1999, numa operação simultânea, Idacir Peracchi se desfez de suas ações na Exportadora Peracchi (cerca de 19% do total), vendendo-as à Idemar Peracchi e seus filhos. Este, por sua vez, se retirou da Juruá Madeiras Ltda., vendendo suas quotas no empreendimento para Idacir Peracchi, que, junto com a esposa assumiu o comando da empresa⁵⁰ e, a partir desse momento, passam a desenvolver ações, no sentido de orientar a Juruá para a obtenção da etiqueta do FSC.

O aspecto interessante do acompanhamento dessa transferência patrimonial interna à família Peracchi está no fato de que a Exportadora Peracchi – uma das maiores firmas exportadoras de madeira serrada do Brasil (Tabela 3) nos anos 90 - tem seu nome associado às práticas de extração ilegal de madeira⁵¹, enquanto que a Juruá Florestal se encaminhou, a partir da referida mudança patrimonial, para a exploração florestal certificada. Processo esse que teria ocorrido em meio a conflitos no interior da família Peracchi (SCS, 2001a, p. 12), conferindo a empresa uma trajetória singular no conjunto do setor madeireiro na Amazônia⁵².

Tabela 3 - Principais Empresas Exportadoras de Madeira Serrada do Brasil - 1994/96 (em US\$ Mil)

Empresas	1994	%	1995	%	1996	%
Exportadora Peracchi Ltda.	22.727	7,0	21.119	5,0	9.124	3,0
Nordisk Timber Ltda.	10.986	3,0	15.469	4,0	16.188	5,0
Eldorado Export. e Serv. Ltda.	15.370	5,0	18.867	5,0	11.579	3,0
Maginco Mad. Araguaia S/A	7.877	2,0	14.238	4,0	10.180	3,0
Serraria Marajoara	15.094	5,0	10.976	3,0	8.830	3,0
Outros	254.270	78,0	299.147	79,0	288.845	83,0
Total	326.324	100,0	379.816	100,0	344.746	100,0

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (*apud* MACEDO et al, 1997, p. 164)

⁴⁹ Cf. Contrato de constituição da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada “Juruá Madeiras Ltda.”, Tucumã/Pa, em 01 de junho de 1992.

⁵⁰ Idacir alienou sua participação na Exportadora Peracchi, em 12/04/1999, pelo valor de R\$ 1 milhão (Cf. Instrumento Particular de Alteração Contratual da sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada denominada “Exportadora Peracchi”, Ananindeua, 12 de abril de 1999), enquanto Idemar Peracchi se retirou da Juruá Madeiras Ltda., na mesma data, transferindo suas quotas por apenas R\$ 1.920,00 (Cf. Instrumento Particular de Alteração Contratual da sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada denominada “Juruá Madeiras”, Ananindeua, 12 de abril de 1999). Nesses contratos não são mencionadas transações referentes aos bens de cada uma das empresas, mas, através de outras fontes (POKORNY; SOUSA, 2000, p. 34) é possível saber que a Exportadora Peracchi possuía uma serraria em Tailândia que, posteriormente ficou sob a gestão da Juruá Florestal Ltda. Em documento posterior (Cf. Instrumento Particular de Alteração Contratual da sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada denominada “Exportadora Peracchi”, Ananindeua, 06 de agosto de 1999) os proprietários da exportadora Peracchi declararam fechadas várias filiais, dentre as quais a Filial Serraria Tailândia.

⁵¹ A Exportadora Peracchi é citada numa ação civil pública movida pelo Ministério Público do Pará por grilagem de terras indígenas, danos ambientais e extração ilegal de mogno (O Estado de São Paulo, 2002, p. A15).

⁵² Citado na reportagem acima como proprietário da Exportadora Peracchi, Idacir Peracchi reagiu da seguinte forma: “Saf da Peracchi em março de 1999 e minha esposa nunca teve qualquer tipo de relação com a empresa” [...] Explicou ainda que tem sua própria empresa, a Juruá Florestal Ltda que foi a primeira a obter a certificação florestal no Pará (O Estado de São Paulo, 2002, p. A15)

Uma explicação possível para a decisão de Idacir Peracchi de se retirar da Exportadora Peracchi e constituir sua própria firma de produção e comercialização de madeiras está relacionada a sua experiência à frente dos negócios florestais da companhia (SCS, 2001a, p. 12), posição que lhe permitiu acompanhar de perto as dificuldades da empresa (ver a trajetória descendente das exportações da empresa na Tabela 3) para acessar os mercados internacionais de madeira tropical cada vez mais sensíveis a origem do produto florestal.

Outra característica singular da Juruá Florestal é que ela é a única dentre as empresas certificadas que não possui área própria, tendo arrendadas duas propriedades das quais retira madeira certificada para sua indústria de transformação. Esse dado particular, associado ao fato de que a empresa ainda não apresentou outra área de exploração florestal capaz de completar o ciclo de manejo e suprir as necessidades de matéria prima de sua serraria em Tailândia/PA, lança dúvidas sobre a capacidade do empreendimento em cumprir os requerimentos da certificação florestal.

De forma similar ao ocorrido com a Cikel Brasil Verde S/A, a Juruá também contou com o apoio importante de instituições de pesquisa e de transferência de tecnologia na passagem para a exploração florestal certificada, caso do aporte técnico-financeiro do Projeto PD 7/94 do SINDIMADE/ITTO e da colaboração estabelecida com a Embrapa-Cifor, através do projeto “Bom Manejo”: Manejo sustentável de florestas na Amazônia brasileira.

Segundo o diretor-presidente da Juruá Florestal os resultados obtidos com o projeto PD 7/94 foram significativos⁵³ (PERACCHI, 2002, p. 42), implicando num incremento de 131% das receitas de exportação (para um aumento de 78.6% do volume exportado) e no aumento do preço médio do produto exportado, que passou de US\$ 296,00/m³ para US\$ 384,00/m³⁵⁴. Também deve ser considerado nesse desempenho a maior agregação de valor ao produto exportado, feito obtido com a aquisição pela Juruá de uma unidade industrial para a produção de componentes para móveis, decks e assoalhos no município de Ananindeua/Pa⁵⁵.

⁵³ Um dos eixos de atuação do Projeto esteve centrado na promoção de atividades comerciais como a participação das empresas na IV Feira de Máquinas e Produtos Madeireiros e em missões comerciais aos Estados Unidos e à países da Europa. Segundo um consultor o Projeto conseguiu alcançar seu principal objetivo “pois somando-se os volumes de madeiras comercializadas pelas empresas, mais de 30 mil m³ foram exportados somente em 2001, sendo que destes boa parte são certificadas pelo FSC” (DELESPINASSE, 2002, p. 16).

⁵⁴ A empresa tem na exportação o seu principal mercado, mas, abastece também o mercado interno, sendo a principal fornecedora da Tramontina, respondendo por 95% do fornecimento de madeira utilizada pela unidade da empresa em Belém, que possui certificação de cadeia de custódia e exporta móveis com o selo FSC (cf. matéria “Móveis chegam a Europa”, Revista Agroamazônia, ano 2, n° 13, abril 2003, p. 20).

⁵⁵ Cf. Relatório Gazeta Mercantil. Pará S/A, 10.07.2003, p.1.

As atividades do projeto “Bom Manejo” visaram preparar as empresas para a adoção das técnicas de exploração de impacto reduzido, contudo, a perspectiva da Juruá, esteve diretamente relacionado com a meta da empresa de obter a certificação florestal. Avaliando as (difíceis) condições da unidade da empresa em Tailândia (que até esse momento atendia pelo nome de Peracchi) para a adoção do manejo florestal sustentável, um estudo do convênio Embrapa-CIFOR ressaltou a discrepância existente entre as condições efetivas da empresa para a mudança⁵⁶ e o interesse do proprietário da empresa na certificação:

O estado da Peracchi, em Tailândia, apresentou alguns aspectos que poderiam dificultar o processo da implementação de instrumentos do manejo florestal sustentável. Este fato foi mais relevante porque a motivação do Sr. Peracchi, em participar do projeto, como sócio, foi a esperança **de que a madeira do projeto Terranorte pudesse ser certificada** (POKORNY; SOUSA, 2000, p. 68, grifo nosso).

Dentre as atividades desenvolvidas vale citar o estudo preliminar realizado (Pokorny & Sousa, 2000), identificando a situação da unidade (floresta-serraria) da empresa em Tailândia/PA e apontando os passos para planejamento das ações, bem como as atividades de treinamento e capacitação posteriores levados a cabo pela FFT.

Em junho de 2003 a Juruá tornou-se a primeira companhia a obter recursos do Profloresta, uma linha de crédito do Banco da Amazônia S/A (BASA) voltada para o setor florestal, para a atividade de manejo florestal. Um financiamento de R\$ 2 milhões para “a aquisição de equipamentos para a atividade pré-exploratória, ou seja, aquisição de tratores para abertura de estradas, carregadores de caminhões e caminhões para o transporte de toras⁵⁷”.

5. A guisa de conclusão: “o dinheiro é verde⁵⁸”?

O mercado de madeiras certificadas ainda representa parcela pequena do conjunto da madeira comercializada oriunda de florestas naturais da Amazônia, cerca de 1% segundo informações do presidente do grupo de produtores florestais certificados da Amazônia (PEFC), Carlos Alberto Guerreiro, ou 1,7% segundo a ONG Amigos da Terra (2003, p. 10). Todavia, apesar dessa participação reduzida, o montante da área de

⁵⁶ Entre os problemas identificados estava o fato da empresa Peracchi não ser a proprietária efetiva da área em que estava localizado o projeto de manejo florestal e falta e documentação que garantisse o compromisso da empresa que arrendou a área com o ciclo de corte para além de um ciclo (POKORNY; SOUSA, 2000, p. 6).

⁵⁷ Cf. matéria “Basa financia primeiro projeto de manejo, O Liberal, 18.06.2003, p.2 – Paine! ”.

⁵⁸ Título, sem a interrogação, de uma reportagem publicada na revista Carta Capital, saudando o lançamento de diversos fundos de investimentos ambientais (Florestal, Terra Capital) pelo A2R, sigla de Axial Recursos Renováveis, como um caminho para a conciliação entre desenvolvimento e ecologia na Amazônia. (*O dinheiro é verde*, Carta Capital, 22/11/2000, p. 64-66). O A2R teve participação em dois empreendimentos florestais certificados pelo FSC na Amazônia, a Muaná Alimentos e a Gethal Amazônia.

unidades de manejo florestal certificadas por empresas vem apresentando crescimento constante, passando de 121.591 hectares em 2000 para cerca de 1.220 mil hectares até o fim de 2004.

Outra característica desse emergente mercado de madeiras certificadas diz respeito a sua concentração no segmento das médias e grandes empresas da indústria madeireira sediada na Amazônia. Quando analisamos o porte (segundo o número de empregados) das empresas, verificamos que salvo uma única exceção – a Madeireira Vale do Guaporé Ltda. – todas as firmas certificadas se situam no estrato das médias e grandes empresas do setor⁵⁹, que, representando apenas 3% do total de empresas da região, respondem por 27% do emprego formal gerado⁶⁰, como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 - Número de empresas e de empregados, segundo o porte das empresas no setor madeireiro da Amazônia (2001).

Tamanho da Empresa	Nº de Empresas	%	Nº de Empregados	%
Micro (até 19 empregados)	2.069	71,27	15.391	24,60
Pequenas (20 - 99 empregados)	748	25,76	30.599	48,90
Médias (100 - 499 empregados)	83	2,85	14.343	22,92
Grandes (mais de 500 empregados)	3	0,12	2.230	3,58
	2.903	100,00	62.563	100,00

Fonte: RAIS/MTb.

Como discutimos na terceira parte desse artigo, com base na descrição da trajetória das quatro primeiras empresas a receberem o selo do FSC na Amazônia, o caminho das firmas para a certificação pode ser bem compreendido a luz da teoria dos campos econômicos. Como sugere essa abordagem a explicação para a modificação na estratégia de uma dada empresa deve ser procurada através da análise do campo econômico no qual ela se encontra inserida, da identificação da posição que ela ocupa no interior desse campo e dos capitais que ela dispõe para enfrentar as empresas concorrentes.

No caso das empresas tradicionais do setor, exemplos da Cikel Brasil Verde S/A e da Juruá Florestal Ltda., o processo de mudança se aproxima do modelo sugerido por Fligstein (1999, 2001), em que a direção da empresa identifica uma situação de

⁵⁹ Mesmo considerando apenas o segmento de médias e grandes empresas do setor madeireiro da Amazônia o número de empresas com áreas de manejo certificadas ainda é pequeno, contudo, para uma visão mais precisa da evolução do mercado de madeiras certificadas é preciso considerar também as empresas que certificaram apenas a cadeia de custódia, isto é, que dependem da compra de madeira selo do FSC de outras empresas para abastecerem sua linha de produção. Como esperam as organizações ambientalistas promotoras do FSC, a certificação da cadeia de custódia dessas empresas pode gerar um *linkage* (Hirschman) positivo para trás, estimulando, por conseguinte, a ampliação da oferta de madeira certificada na região.

⁶⁰ Vale registrar a diferença entre os dados sobre emprego formal registrado nas estatísticas da RAIS e o apresentado pela pesquisa de campo do Imazon, que, para o ano de 2004, indicou um total de 344.247 empregos gerados pela indústria madeireira na Amazônia (Lentini et al., 2005, p.1).

crise/mudança no campo econômico e passa a adotar uma nova estratégia⁶¹ com vistas a reorientar a atuação da firma no setor.

No exemplo da Juruá Florestal Ltda. esse processo ocorreu em meio a uma ruptura no seio do grupo familiar, com a separação dos dois principais acionistas das empresas da família (Peracchi), um permanecendo nos marcos da exploração tradicional (Exportadora Peracchi S/A) e outro optando pelo ingresso no mercado de madeiras certificadas (Juruá Florestal Ltda.). Já no exemplo da Cikel Brasil Verde S/A esse movimento foi menos traumático, estando muito associado a relação privilegiada que essa empresa estabeleceu com a ONG responsável pela difusão da tecnologia da EIR na Amazônia, a Fundação Floresta Tropical.

A trajetória das empresas Mil Madeireira e Gethal Amazônia, adquiridas, respectivamente pelos grupos *Precious Wood Management Ltd* e *Grantham, Mayo, Van Oterlloo & Co.*, aponta para um processo diferente, próximo a situação apontada por Bourdieu (1997, p. 58), na qual as empresas desafiadoras são oriundas de outros campos econômicos, com uma dotação de capitais diferenciada. Como já sublinhamos essas empresas foram comparadas por fundos de investimento institucionais que possuem um lastro de recursos financeiros muito superior ao mobilizado pelas indústrias tradicionais do setor madeireiro amazônico.

O exemplo dessas quatro empresas mostra também como a aquisição de um determinado tipo de capital, no caso em questão o capital simbólico associado a proteção das florestas tropicais pode ser utilizado para alavancar a acumulação de outros tipos de capitais (financeiro, comercial). Esse processo de conversão de capitais é exemplarmente ilustrado na trajetória do grupo *Precious Wood*, cuja obtenção do selo do FSC foi a condição para a mobilização de capital financeiro (atração de investidores institucionais, expansão posterior via venda de ações) e de capital comercial (ocupação de determinada parcela do mercado europeu de madeira tropical).

A análise das trajetórias empresariais aponta para uma outra característica comum ao conjunto das empresas certificadas: sua relação privilegiada com as organizações promotoras do mercado de madeiras certificadas (ONGs ambientalistas, agências de cooperação internacional, instituições de apoio a difusão da tecnologia de EIR). Por conseguinte, o processo de certificação de cada uma dessas empresas esteve

⁶¹ Fligstein (2001, p. 76) sugere que os mercados em crise são os mais suscetíveis de transformação, com novas firmas adentrando e modificando as concepções de controle. Como já destacamos na seção 3, a segunda metade dos anos 90 pode ser considerado como um momento de crise para o setor madeireiro regional (principalmente para as empresas orientadas para a exportação), por conta da política de valorização do real e da desvalorização das moedas dos concorrentes asiáticos.

associado a algum tipo de acesso a financiamentos institucionais (ITTO, ProManejo, etc.) ou a subsídios diretos e indiretos, como o treinamento da força de trabalho nos cursos da FFT e a contratação de profissionais formados pelo curso de Pós-Técnico Florestal.

Como tem sublinhado a literatura sobre o processo de construção social de mercados, o estabelecimento de novas relações mercantis entre um conjunto de atores é o resultado de investimentos visando a destruição das relações sociais que sustentavam o mercado até então estabelecido e a promoção de novos dispositivos visando assegurar a emergência do novo padrão de produção, comercialização e consumo (GARCIA, 1986; UGHETTO, 2003; CALLON & MUNIESA, 2003).

Conforme essa linha de interpretação podemos analisar o processo de implantação do mercado de madeiras certificadas na Amazônia como o resultado de dois movimentos: i) do trabalho de crítica (HIRSCHMAN, 1973; BOLTANSKI & CHIAPELLO, 1999) ao mercado tradicional de madeiras⁶² e, ii) do conjunto de investimentos (apresentados na seção 2) para a promoção da produção e o consumo de madeiras portadoras do selo do FSC.

A observação da implantação desses conjuntos de dispositivos visando estruturar o mercado de madeiras certificadas faz emergir um outro dado saliente, a importância do estabelecimento de relações entre dirigentes e técnicos de ONGs, empresas e do Estado (Ministério do Meio Ambiente, IBAMA), no processo de promoção da certificação florestal⁶³.

Nos casos por nós analisado são muitos os exemplos que confirmam essa importância, destarte, um diretor da Gethal explicou nos seguintes termos a solução encontrada para o problema da aquisição de equipamentos para a atividade de exploração florestal junto a empresa Caterpillar: “Segundo Lüdke (2000) ele tem acesso a este crédito graças a participação, tanto da Gethal quanto da Caterpillar, na Tropical Forest Foundation – TFF o que ressalta, segundo ele, a importância da participação em todos os organismos nacionais e internacionais possíveis relativos a atividade, política

⁶² Cf. o exemplo paradigmático das ações desenvolvidas, entre 1999/2000, pelo Greenpeace sobre o grupo francês Lapeyre, que fez com que essa empresa assumisse o compromisso público de até 2005, abastecer seu parque industrial unicamente com madeira certificada (CARNEIRO, 2004, p. 70).

⁶³ Como tem sublinhado a literatura sobre papel das redes (estruturais e relacionais) no desenvolvimento de instituições econômicas (GRANOVETTER, 1994; STEINER, 1999), o estabelecimento de relações interpessoais entre dirigentes empresariais e, entre estes e os líderes de outras instituições importantes para a promoção dos seus negócios, representa um ativo importante para o sucesso dessas firmas.

esta que tem sido uma constante na empresa”. (*apud* MAY; VEIGA NETO, 2000, p. 38).

O mesmo pode ser argumentado no que concerne a relação da Cikel Brasil Verde com a Fundação Floresta Tropical, interação apontada pelo diretor-presidente da Cikel como essencial na definição da empresa pela opção da certificação ou pelo papel desempenhado pelas ONGs da ‘Aliança pela Certificação’ (Imaflora, Imazon e Amigos da Terra) na construção de relações (confiáveis) de comércio entre a produção certificada e empresas consumidoras localizadas normalmente no sudeste brasileiro.

A própria relação entre essas ONGs é um exemplo do papel desempenhado pelas relações interpessoais na construção do mercado de madeiras certificadas, pois, sem desconsiderar a necessidade de reprodução através do acesso ao mercado de recursos da cooperação internacional, é possível visualizar a construção dessa atuação conjunta como o resultado de uma identidade profissional comum⁶⁴, de relações de afinidade construídas ao longo da trajetória como estudante⁶⁵ e, posteriormente, na vida profissional, através da participação em diversos eventos (atividades de pesquisa, organizações de seminários, cursos, etc.) promovidas por essas ONGs.

Como sublinhamos na introdução o mercado de madeiras certificadas pode ser compreendido como um *marché à prescripteur* (HATCHUEL, 1995), isto é, um sistema de trocas tornado possível pela participação de um agente/instituição responsável pela prescrição das qualidades do produto comercializado. No caso em questão a madeira certificada⁶⁶.

Elemento central para o funcionamento desse tipo de mercado o estabelecimento da legitimidade da prescrição (COCHOY, 2002, p.79), ou seja, a capacidade do agente *prescripteur* em cumprir os engagements que ele associa ao produto certificado⁶⁷. No caso do selo do FSC a legitimidade da prescrição está fundada em três movimentos: a) na construção de uma representação do consumidor ecologicamente responsável; b) na capacidade da prescrição em ouvir e representar os

⁶⁴ Os técnicos e dirigentes dessas ONGs são na sua maioria profissionais formados em Engenharia Florestal ou com pós-graduação em alguma das disciplinas da ciência florestal.

⁶⁵ Onde se sobressai a vinculação de um número importante de integrantes dessas ONGs com o curso de Engenharia Florestal da ESALQ, passando ou não por um processo de socialização ‘primária’ com o tema da certificação no Imaflora.

⁶⁶ Para Aggeri et al. (2005) a atuação dos *prescripteurs* favorece a difusão das melhores práticas do desenvolvimento sustentável entre as empresas.

⁶⁷ A madeira certificada é comprada como um bem que presta um serviço, um engajamento: a proteção das florestas tropicais. Como sublinha Karpik (1989, p. 206, grifo nosso), essa é uma das dimensões que fundam a economia da qualidade: “Ao lado de uma economia clássica composta de bens padronizados cujas propriedades são conhecidas do consumidor [...], se desenvolve a esfera de bens e serviços que se caracteriza pela incompletude e que só pode ser realmente definida após o ato de compra. Quer se trate da credibilidade, do uso controlado de funcionalidades ou da verificação de engajamentos, os resultados não são atingidos que muito após a realização do ato de compra: [...]”

principais *stakeholders* envolvidos na atividade florestal; c) na afirmação de sua superioridade vis-à-vis os sistemas de certificação concorrentes (o selo Cerflor).

Quanto ao futuro do mercado de madeiras certificadas a tendência mais provável é que ele continue se desenvolvendo no segmento das grandes e médias empresas do setor (que representam 2,95% do número de empresas e 26,50% do emprego gerado), principalmente naquelas orientadas para o mercado externo ou que fazem parte da *global commodity chain* (GEREFFI, 1994) de madeiras tropicais, contribuindo, portanto, para a formação de um oligopólio de empresas certificadas na Amazônia⁶⁸.

Como já sublinharam outros autores a possibilidade de ampliação dos efeitos da certificação está relacionada a um outro conjunto de variáveis, que dizem respeito: a) ao aumento efetivo da demanda por madeira certificada no mercado consumidor brasileiro; à ampliação da capacidade do Estado⁶⁹ em intervir no ordenamento territorial da Amazônia, coibindo o movimento de apropriação irregular de terras e fazendo valer sua autoridade na manutenção da integridade das unidades de conservação (de uso direto e indireto); à construção de um novo modelo de ocupação e desenvolvimento para a região, de forma a disciplinar o desenvolvimento das principais atividades econômicas regionais.

Por fim, deve ser considerado que a certificação de uma empresa não é um processo irreversível, apesar da sugestão dos seus defensores de que a adoção das práticas da EIR levaria a empresa certificada a entrar num círculo virtuoso, cujos benefícios auferidos com a nova forma de organização da operação florestal levaria a reprodução (inercial) das mesmas. Por conseguinte, creio que devemos considerar a adoção de um certificado ambiental (ou de outra prática associado ao discurso do desenvolvimento sustentável) como o resultado do posicionamento da(s) empresa(s) num dado campo econômico e a capacidade dessa(s) empresa(s) em estabelecer o seu

⁶⁸ Tendência que provavelmente será reforçada com o estabelecimento da política de concessões florestais, dadas às indicações de que o processo de seleção das empresas concessionárias deverá incorporar a trajetória 'ecologicamente sustentável' da empresa candidata como condicionante da participação no processo de seleção. Como reconhecem Ferraz e Serôa de Mattos (2002, p. 41) : "o requerimento de exploração sustentável nas áreas de concessões transformarão o perfil tecnológico de (sic) exploração madeireira nestas regiões" requerendo uma tecnologia mais avançada e, portanto, mais intensiva em capital. Como a certificação tem se concentrado justamente nas empresas mais intensivas em capital, teremos dois fatores (certificação, tecnologia capital-intensivo) jogando a favor destas empresas na disputa pelas concessões.

⁶⁹ Vale dizer que o recurso a instrumentos de mercado para a tentativa de regulação da relação da indústria com o meio ambiente não deve ser desvinculado do investimento no aperfeiçoamento da ação estatal. Pesquisas sobre a 'sensibilidade' ambiental das indústrias no Brasil mostram que a legislação e a fiscalização são os principais fatores de estímulo à adoção de práticas de gestão ambiental por parte das empresas (BNDES/CNI/SEBRAE, 1998, p. 23).

padrão de funcionamento como o padrão hegemônico do funcionamento das empresas do campo⁷⁰.

O caso da empresa Gethal Amazônia, cujo desempenho econômico esteve perto de levar o principal controlador a abandonar o investimento (SMARTWOOD/ IMAFLORA, 2004, p. 3) e de outras empresas que desistiram/perderam o selo do FSC⁷¹ é, a esse respeito, ilustrativo. Mostra a necessidade de relativizar abordagens correntes sobre o processo de adoção de práticas de responsabilidade ambiental⁷² e considerar, como aponta a teoria dos campos aplicada a construção de estratégias empresariais, que estas são sempre o resultado de lutas internas as empresas, disputas que geralmente são vencidas por aqueles grupos dirigentes que conseguem impor sua visão de como a firma pode sobreviver em meio a competição no seu mercado específico (FLIGSTEIN, 2001, p. 77).

Um outro dado que aponta para a permanência dessas empresas no quadro da certificação está nos preços elevados obtidos pelo produto certificado, fruto, dentre outras coisas, de uma demanda bem superior a oferta. Contudo, o que ocorrerá quando essa relação começar a se inverter e os preços iniciarem um processo de queda⁷³? Ademais, quais os efeitos que advirão do peso crescente que as importações chinesas – um mercado pouco afeito a sensibilidade ecológica e social – começam a ter sobre as exportações amazônicas? E quais as repercussões que a concorrência da entrada em operação da certificação do Cerflor para florestas naturais ocasionará sobre o desenvolvimento da certificação do FSC?

Por todas essas questões é necessário considerar a construção do mercado de madeiras tropicais certificadas na Amazônia como um processo em aberto, cujo desfecho dependerá da convergência dos esforços realizados pelos seus proponentes e das modificações que porventura venham a ocorrer no quadro institucional da exploração dos recursos florestais na região.

⁷⁰ Ver a esse respeito a análise feita por Aggeri et al (2005) sobre a atuação de empresas francesas consideradas como pioneiras na questão da gestão ambiental (Laffarge, Accor, Monoprix e Usinor). Apesar da abordagem teórica utilizada pelos autores ser diferente da que norteia nosso estudo, creio que a compreensão da atuação das empresas Laffarge (do setor de cimento) e Monoprix (do segmento de supermercados) assemelham-se em muitos pontos ao processo por nós analisado.

⁷¹ Vale ressaltar que duas das empresas certificadas na Amazônia brasileira já perderam o selo do FSC. A Muaná Alimentos, empresa produtora de palmito de açaí, pertencente ao fundo de investimento A2R, que desistiu da manutenção da sua certificação e a empresa Maracá Florestal e Industrial Ltda., cuja certificação foi contestada e anulada.

⁷² Segundo esse tipo de análise existiriam tipos de comportamentos (posturas) da empresa frente à questão ambiental. Donaire (1996, p. 46), por exemplo, estipula três fases (de percepção, de compromisso e de ação efetiva). Já Sanches (1997, p. 49) trabalha com quatro etapas (postura de não-conformidade, reativa, transição e pró-ativa). Nessa tradição interpretativa a questão ambiental é tomada como um dado fixo⁷², que, uma vez estabelecido é identificado pela empresa, e a partir de então, ciente de sua maior/menor ‘responsabilidade ambiental’ estabelece uma estratégia de atuação condizente com tal consciência.

⁷³ Uma das vertentes de análise da relação entre os investimentos socialmente responsáveis e a rentabilidade financeira das empresas sustenta que esses só são mantidos no caso em que o engajamento ético é capaz de proporcionar ganhos positivos para a rentabilidade da empresa, segundo essa linha interpretativa: “Não é, portanto, a ética em si o que mais importa, mas, o fato de realizar ganhos que permitem (a empresa) de se mostrar ética”(BALLET; BRY, 2002, p. 86).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AGGERI, F.; PEZET, E.; ABRASSART, C.; ACQUIER, A. (2005) **Organiser le développement durable**. Expériences des entreprises pionnières et formations de règles d'action collective. Paris: ADEME/Vuibert.
- ALMEIDA, Alcir R. C. (2002) Experiências da Cikel com o projeto e sugestões para futuras ações. **Conferência Internacional Sobre Madeiras Tropicais. Anais...** Belém: ITTO/SINDIMADE, p. 25-28.
- _____. (2003) **Manejo sustentável de florestas nativas: o caso da Cikel Brasil Verde S/A**. In: Seminário "A Questão Florestal e o Desenvolvimento". Rio de Janeiro: BNDES, 2003.
- AMIGOS DA TERRA. Programa Amazônia. (1997) **Garimpagem Florestal: Relatório atualizado sobre a extração ilegal de madeira na Amazônia brasileira**. s.n.t. 77 p.
- _____. (2002) **Legalidade predatória : o novo quadro da exploração madeireira na Amazônia**. s.n.t., p.14.
- ARNT, Ricardo. Madeira Especial. **Revista Exame**. 2001. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/exame/ed751/rep94.shl>>. Acesso em: 20 mar. 2004.
- BALLET, Jérôme; BRY, Françoise. (2002) Investissement socialement responsable et éthique, l'avenir de l'entreprise ? **Cahiers Français**, n. 309, p. 83-88, 2002.
- BERENGER, E. ; FRERE, L. ; CASTELL, F. (2001) La certification peut-elle garantir la prise en compte de l'écologie et du social dans la gestion forestière courante ? **Revue Forestière Française**, n. 6, v. LIII, p. 645-652.
- BLATE, G.M.; PUTZ, F.E.; ZWEEDE, J.C. (2001) Nouvelles pratiques de récolte en Amazonie. **Actualités des Forêts Tropicales**, n. 2, v. 9, p. 8-9.
- BNDES/CNI/SEBRAE. (1998) **Pesquisa sobre a gestão ambiental na indústria Brasileira**. Rio de Janeiro/Brasília.
- BOYER, Robert. (2003) L'anthropologie économique de Pierre Bourdieu. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, n. 150, p. 65-78.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. (1999) **Le Nouvel Esprit du Capitalisme**. Paris: Galimard.
- BOURDIEU, Pierre. Le champ économique. (1997) **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. n. 119, p. 48-66.
- _____. (2000) **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Éditions du Seuil, 289 p.
- BUTTOUD, Gérard. (2001) **Gérer les forêts du sud – l'essentiel sur la politique et l'économie forestières dans les pays en développement**. Paris: l'Harmattan.
- BUCLET, Benjamin. (2002) Les expérimentations des ONGs en Amazonie: quel pouvoir pour quelle responsabilité? **Lusotopie**, p. 263-282.
- CALLON, M.; MUNIESA, F. (2003) Les marchés comme dispositifs collectifs de calcul. **Réseaux**, n. 122, p. 189-233.
- CARNEIRO, Marcelo D.S. (2004) **O dinheiro é verde? A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira**. Tese de Doutorado apresentada ao PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 270 p.
- CARMINO, Ronnie de; ALFARO, Marielos. (1998) **La certificación em América Latina: experiencias hasta la fecha**. Red Forestal para el Desarrollo Rural, Documento 23c, 27p.
- CHALMIN, Philippe. (2002) **Les marchés mondiaux 2002**. Paris: Economica, p. 341-352.

- CLAY, Jason W.; AMARAL, Paulo. Madeira tropical sustentável de florestas naturais: o caso da Precious Wood/Mil Madeireira Itacoatiara. In: ANDERSON, A.; CLAY, J. (Orgs.) **Esverdeando a Amazônia**: (...). São Paulo: Brasília: Ed. Fund. Peirópolis/IIEB, 2002. p. 163-191.
- COCHOY, Franck. (2002) **Une sociologie du packaging ou l'âne de Buridan face au marché**. Paris: PUF, 225 p.
- DELESPINASSE, Bernard (2002) Informação e assistência técnica para a produção e comercialização de madeiras tropicais. In: Conferência Internacional Sobre Madeiras Tropicais, Belém. **Anais...** Belém, 2002. p. 01-18.
- DYKSTRA, Dennis P. (2001) L'exploitation à faible impact: l'ancien et le nouveau. **Actualités des Forêts Tropicales**, v. 9, n. 2, p. 3-4, 2001.
- DYKSTRA, D. P.; ELIAS. (2003) L'EFI se concrétise au Brésil. **Actualités des Forêts Tropicales**, v. 11, n. 4, p. 3-5.
- DONAIRE, Denis. (1996) A internalização da gestão ambiental na empresa. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 31, n.1, p. 44-51.
- FAILLACE, Sandra. (1996) A quem interessa o FSC. In: LEROY, J.P.; FATHEUER, T.W. (Orgs). **Certificação Florestal**. Rio de Janeiro: FASE, p.17-25.
- FUNDAÇÃO FLORESTA TROPICAL/FFT (2000) **Atuação da Fundação Floresta Tropical no Manejo Sustentável da Floresta Amazônica (1994-1999)**. Belém : FFT.
- _____. (2001) **Relatório das Atividades da Fundação Floresta Tropical no ano de 2000**. Belém : FFT, 19 p.
- FERRAZ, Claudio; SEROA DA MOTTA, Cláudio. (2002) **Concessões florestais e exploração madeireira no Brasil**: condicionantes para a sustentabilidade. Brasília : MMA/PNF, 52 p.
- HINRICHS, A.; RUSLIM, Y. (2001) Mise en oeuvre de l'EFI en Indonésie. **Actualités des Forêts Tropicales**, v. 9, n. 2, p. 6-7.
- FIEAM. (2003) **Boletim sobre o desempenho anual dos indicadores industriais do Amazonas – 2002**. Manaus: FIEAM.
- FLIGSTEIN, Neil. (1999) La transformacion estructural de la industria de los Estados Unidos: (...). In: POWELL, W.W.; DI MAGGIO, P.J. (Comp.) **El nuevo institucionalismo en el analisis organizacional**. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Economica, p. 384-412.
- _____. (2001) **The architecture of markets**. An economic sociology of twenty-first-century capitalist societies. Princeton University Press, p. 3-98.
- GARCIA, Marie-France. (1986) La construction sociale d'un marché parfait: le marché au cadran de Fontaines-en-Sologne. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 65, p. 1-13.
- GEREFFI, Gary. (1994) The organization of buyer-driven global commodity chains: (...). In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Ed.). **Comodity Chains and Global Capitalism**. Westport & London: Praeger, p. 95-122.
- GRANOVETTER, Mark. (1994) Les institutions économiques comme constructions sociales: un cadre d'analyse. In: ORLÉAN, André (Dir.). **Analyse économique des conventions**. Paris: PUF, 1994. p. 119-134.
- _____. (2000) **Le marché autrement: les réseaux dans l'économie**. Paris: Desclée de Brouwer, 238 p.
- GUERREIRO, Carlos A. (2003) A produção sustentável de madeira serrada e painéis de madeira tropical. Seminário: A Questão Florestal e o Desenvolvimento, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

- HATCHUEL, Armand (1995) Les marchés à prescripteur. In: JACOB, A.; VÉRIN, H. **L'inscription sociale du marché**. Paris: L'Harmatan, p. 205-225.
- HINRICH, A.; RUSLIM, Y. Mise en oeuvre de l'EFI en Indonésie. **Actualités des Forêts Tropicales**, v. 9, n. 2, p. 6-7, 2001.
- HIRSCHMAN, Albert. (1973) **Saída, voz e lealdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e estados. São Paulo: Perspectiva.
- IMAFLOA. (1997) **Relatório Anual 1996**. Piracicaba: Imaflora. 52 p.
- _____. (2000) **Relatório Anual/Plano Estratégico - 1996/1997**. Piracicaba: Imaflora, 64 p.
- IMAZON (2001) **Relatório de Atividades 1999-2000**. Belém: Imazon, 60 p.
- JEFFERS, Esther; PLIHON, Dominique. (2002) Politiques et modes de gestion des fonds d'investissement. In : PLIHON, D.; PONSSARD, J-P. (Dir.) **La montée en puissance des fonds d'investissement**. Paris : La Documentation Française, p.29-42.
- KARPIK, Lucien. L'economie de la qualité. (1989) **Revue Française de Sociologie**, v. 30, n.2, p. 187-210.
- KNOWLES, O. H. (1971) **Perspectivas das oportunidades de investimento na industria florestal da Amazônia brasileira**. Belém: SUDAM, 73 p.
- LENTINI, M.; VERISSIMO, A.; PEREIRA, D. (2005) **A expansão madeireira na Amazônia**. Belém: Imazon, 4 p.
- LÉVESQUE, B.; BOURQUE, G.L.; FORGUES, E. (2001) **La nouvelle sociologie économique**. Paris: Desclée de Brouwer, 268 p.
- MACÊDO, A.R.P.; ROQUE, C.A.L.; LEITE, E.T. (1997) Produtos sólidos de madeira. **BNDES Setorial, Edição Especial – Balança Comercial Brasileira**, p. 157-176.
- MAY, Peter H. (2003) **Certificação florestal no Brasil: valorização comercial e ambiental**, 16 p. Disponível em <<http://www.compradores.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2004.
- MAY, P.H.; VEIGA NETO, F.C. (2002) **Barreiras à certificação na Amazônia Brasileira – a importância dos custos (Relatório Final)**. Brasília: Pró-Natura/IIED/GTZ, 2002. 85 p.
- PERACCHI, Idacir (2002) Experiências da Juruá com o projeto e sugestões para futuras ações. In: Conferência Internacional Sobre Madeiras Tropicais, Belém. **Anais...** Belém, p. 01-18.
- POKORNY, B.; SOUSA, R. (2000) **Diagnóstico sócio-econômico da indústria madeireira Peracchi, no município de Tailândia, estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 105 p.
- POLANY, Karl. (1975) L'économie en tant que procès institutionnalisés. In: POLANY, K.; ARENSBERG, C. (Dir.) **Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie**. Paris: Librairie Larousse, p.239-260.
- POSTEL, Nicolas. (2003) **Les règles dans la pensée économique contemporaine**. Paris: CNRS Editions, 260 p.
- PRECIOUS WOOD. (2001) **Annual Report of the board of directors to the shareholders**. Zurich , 2001. 41 p.
- _____. (2002) **Annual Report 2001**. Zurich, 56 p.
- _____. (2003) **Annual Report 2002**. Zurich, 50 p.
- RELATÓRIO da III Assembléia Geral do Grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados**. (2002) São Paulo, 4 p.
- RELATÓRIO do I Workshop Produção Sustentável de Madeira na Amazônia: oportunidades de negócio**. (1999) Manaus, 5 p.

- SANCHES, Carmen S. (1997) Mecanismos de interiorização dos custos ambientais na indústria: rumo a mudanças de comportamento. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n.2, v.37, p. 56-67.
- SILVA, José N. M., LOPES, José C.A., BARROS, Paulo C. (1996) Aspectos técnicos relacionados aos projetos de manejo florestal na microrregião de Paragominas. In: **SEMINÁRIO SOBRE DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL NO ESTADO DO PARÁ – FASE PARAGOMINAS**. Paragominas : Embrapa/IBAMA/FCAP/SECTAM/SUDAM/UFPA/FIEPA, 126 p.
- SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS/SCS. (2001a) **Sumário Público**: avaliação de certificação do manejo das florestas naturais da Juruá Florestal Ltda, Fazenda Santa Marta, 31 p.
- _____. (2001b) **Sumário Público**: avaliação de certificação do manejo das florestas naturais da Cikel Brasil verde S/A, Fazenda Rio Capim. Atualizado em agosto de 2002. 50 p.
- _____. (2002) **Sumário Público**: avaliação de certificação do manejo das florestas naturais da Juruá Florestal Ltda, Fazenda Arataú. 32 p. (3ª versão)
- SMARTWOOD. IMAFLORA. (2000) **Resumo Público de Certificação Florestal para Gethal Amazonas S/A Indústria de Madeira Compensada**. Piracicaba, 57 p. (Atualizado em 2002)
- _____. (2002a) **Resumo Público de Certificação de Mil Madeireira Itacoatiara Ltda**. Piracicaba. 72p.
- _____. (2002b) **Resumo Público de Certificação de Lisboa Madeiras Ltda**. Piracicaba, 31 p.
- _____. (2004) **Resumo Público do Monitoramento Anual da Certificação Florestal para Gethal Amazonas S/A Indústria de Madeira Compensada**. Piracicaba, 11 p.
- SMERALDI, R.; VERISSIMO, A. (1999) **Acertando o alvo**: consumo de madeira no mercado interno e promoção da certificação florestal. São Paulo: Amigos da Terra; Piracicaba: Imaflora; Belém: Imazon.
- SMOUTS, Marie-Claude. (2001) **Forêts tropicales, jungle internationale**: le revers de l'ecopolitique mondiale. Paris: Presses de Sciences Po.
- SOARES, Ana Paulina A. (1999) **Madeira ilegal, trabalho ilegal**: condições de trabalho na indústria madeireira no estado do Amazonas. Manaus, Mimeo. – inédito.
- SOBRAL, L.; VERISSIMO, A.; LIMA, E.; AZEVEDO, T.; SMERALDI, R. (2002) **Acertando o alvo 2**: consumo de madeira amazônica e certificação florestal no estado de São Paulo. Belém: Imazon, 2002. 72p.
- SOUZA, André L.L.(1999) **Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia**: desafios, possibilidades e limites. Belém, Tese de Doutorado apresentada ao PPDTU/NAEA/UFPA, Belém.
- STONE, Steven W. (2000) **Tendências econômicas da indústria madeireira no estado do Pará**. Belém: Imazon.
- STEINER, Philippe. (1999) **La sociologie économique**. Paris: Éditions La Decouverte, 120 p.
- SWEDBERG, Richard. (1994) **Une histoire de la sociologie économique**. Paris : Desclée de Brouwer, 315 p.
- UGHETTO, Pascal. (2003) Services et construction sociale des marchés. **Cahiers Lillois d'Économie & de Sociologie**, n. 41/42, p. 57-78.
- VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; MATOS, M.; TARIFA, R.; UHL, C. (1996) Impactos da atividade madeireira e perspectivas para o manejo sustentável da floresta numa

- velha fronteira da Amazônia: o caso de Paragominas. In: ALMEIDA, O. T. (org) **A evolução da fronteira amazônica**. Imazon: Belém, p. 9-37.
- VIANA, Virgílio. (2002) **As florestas brasileiras e os desafios do desenvolvimento sustentável**: manejo, certificação e políticas públicas apropriadas. Tese de Livre Docência, ESALQ, Piracicaba, 163 p..
- WHITEMAN, Adrian. (2003) L'argent ne pousse pas sur les arbres: comment rentabiliser les forêts. **Unasylva**, v. 54, n. 212, p. 3-10.
- ZIMMERMANN, Joo. (2001) **Experiências de manejo florestal sustentável na Amazônia**: relatório de missão. Paris: GRET.
- WWF – SUIÇA. (2002) **Certification-Info**, n.2, 5 p.
- WWF – BELGICA (2000) **FSC-INFO**: Newsletter Certification Forestière et Labellisation du Bois, n.3, 4 p.
- _____. (2002) **FSC-INFO**: Newsletter Certification Forestière et Labellisation du Bois, n. 12, 4 p.